

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

LUIZ FELIPE MIGUEL DA SILVA CARVALHO

**O USO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DA HISTÓRIA LOCAL
COMO FERRAMENTAS DIDÁTICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA:
POSSIBILIDADES PARA SALA DE AULA.**

**RECIFE,
2022**

LUIZ FELIPE MIGUEL DA SILVA CARVALHO

**O USO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DA HISTÓRIA LOCAL
COMO FERRAMENTAS DIDÁTICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA:
POSSIBILIDADES PARA SALA DE AULA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
História da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito para
obtenção do grau de licenciatura em
História.

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Martin
Szlachta Junior.

RECIFE,
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

CARVALHO, Luiz Felipe Miguel da Silva.

O Uso do Patrimônio Cultural e da História Local enquanto ferramentas didáticas no Ensino de História : possibilidades para a sala de aula. / Luiz Felipe Miguel da Silva CARVALHO. - Recife, 2022.

124p. : il., tab.

Orientador(a): Arnaldo Martin SZLACHTA JUNIOR

Cooorientador(a): Camila Corrêa e Silva de FREITAS

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2022.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. História Local. 2. Patrimônio Cultural. 3. Ferramentas Didáticas. 4. Ensino de História. I. SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. (Orientação). II. FREITAS, Camila Corrêa e Silva de . (Coorientação). III. Título.

990 CDD (22.ed.)

À Cosma Maria da Silva, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Como toda atividade de longo prazo, o desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso contou com o suporte e ajuda de inúmeras pessoas que se fizeram presentes em minha trajetória enquanto graduando, dentre as quais agradeço imensamente:

Aos professores que fazem parte do corpo docente do Departamento de História da UFPE, uma vez que através deles e de seus ensinamentos essa conclusão de curso foi viabilizada.

À professora Camila Côrrea, que muito me auxiliou e acompanhou de perto o desenvolvimento deste trabalho, e que sempre me incentivou a entregar apenas o melhor.

Ao professor Arnaldo Martin, que aceitou o desafio de receber um orientando novo que necessitava de ajuda para finalizar um trabalho já em andamento.

A todos aqueles que participaram e estiveram envolvidos na concepção deste trabalho.

A minha mãe, que nem por um momento deixou de acreditar em mim e me incentivou em todos os momentos desse ciclo, me fazendo superar qualquer dúvida a respeito de minha capacidade e do meu desejo de ser um professor.

Aos amigos e amigas que pude firmar durante os anos de curso e que estarão presentes em minha vida para além da universidade. Menção especial à Joice Oliveira, a quem compartilhei boa parte dos momentos e experiências vividas no ambiente acadêmico.

RESUMO

O presente trabalho analisa as possibilidades na utilização da história local e dos patrimônios históricos e culturais do município de Igarassu na formulação de estratégias didáticas para as aulas de História do Brasil Colonial no ensino básico. Esta reflexão se iniciou a partir da observação do processo de ensino-aprendizagem histórico em Igarassu e a importância visualizada na construção de alternativas didáticas que auxiliem a valorização histórica e cultural da cidade. Apresenta-se como estratégia didático-pedagógica o desenvolvimento de uma sequência didática destinada à rede municipal de ensino, partindo de uma questão orientadora que visa trabalhar a formação de Igarassu no período colonial brasileiro, explorando o desenvolvimento do projeto administrativo português e a pluralidade cultural presente na cidade. O objetivo desta pesquisa consiste em elaborar uma proposta didático-pedagógica que associe o ensino da história colonial à abordagem da história local, aos conjuntos patrimoniais e ao processo de formação identitário dos estudantes da educação básica do município de Igarassu. Também será apresentado um debate sobre a contribuição que a educação patrimonial e a história local podem acrescentar às aulas de história.

ABSTRACT

The present study analyzes the possibilities in the use of the local history and the historical and cultural patrimonies of the city of Igarassu in the formulation of didactic strategies for the History of Colonial Brazil classes in basic education. This reflection began from the observation of the historical teaching-learning process in Igarassu and the importance visualized in the construction of didactic alternatives that help the historical and cultural valorization of the city. It is presented as a didactic-pedagogical strategy the development of a didactic sequence aimed at the municipal education network, starting from a guiding question that aims to work the formation of Igarassu in the Brazilian colonial period, exploring the development of the Portuguese administrative project and the cultural plurality present in the city. The objective of this research is to elaborate a didactic-pedagogical proposal that associates the teaching of colonial history to the approach of local history, to the patrimonial sets and to the process of identity formation of the students of basic education of the municipality of Igarassu. A debate will also be presented on the contribution that heritage education and local history can add to history classes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. CAPÍTULO I: Patrimônio Histórico Cultural e a Educação Patrimonial .	13
2.1: Breve histórico do patrimônio cultural no Brasil e em Pernambuco .	14
2.2: Os conjuntos patrimoniais de Igarassu	19
2.3: O emprego didático-pedagógico da educação patrimonial	24
3. CAPÍTULO II: Ensino de História e História Local	29
3.1: História Local no Currículo do Ensino Fundamental e Médio em Pernambuco e no Brasil	30
3.2: Aspectos históricos de Igarassu e a abordagem da História Local no Ensino de História.....	36
4. CAPÍTULO III: Sequência Didática Problematizadora: a construção de um planejamento de ensino para Igarassu	42
4.1: Concepção de uma Sequência Didática para a disciplina escolar de História no 2º Ano do Ensino Médio.....	43
4.2: Planejamento das aulas e a discussão dos pontos sensíveis da Sequência Didática	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
7. ANEXOS	64

INTRODUÇÃO

Há alguns anos, pesquisadores e pesquisadoras do campo de Ensino de História tem se proposto a debater as temáticas da História Local¹ e da Educação Patrimonial², problematizando novas questões. Questões, estas, que de forma ampla no nível nacional, podem ser visualizadas em trabalhos como os das historiadoras Circe Bittencourt, Flávia Caimi, Júnia Sales, Maria Auxiliadora Schmidt, Selva Guimarães, da museóloga Maria de Lourdes Horta e dos historiadores José Ricardo Oriá Fernandes e Leandro Karnal, entre muitos outros pesquisadores e pesquisadoras.

Os estudos sobre os usos das abordagens teórico-metodológicas da História Local e da Educação Patrimonial no ensino de História ampliam as análises e concepções sobre as funções e formas de aplicação dessas abordagens didático-metodológicas na educação básica brasileira.

A começar pela História Local, que se apresenta como uma forma de aproximação entre os temas já explorados no Ensino de História e àquilo que é pertinente ao lugar onde estudantes estão inseridos. Essa via histórica tem se proposto a investigar, através de escopos menores e mais específicos, a construção e o desenrolar da História, pensando personagens e lugares não tão comuns no circuito histórico nacional, assim como se utilizando de outras fontes históricas que acionam a oralidade, as manifestações artísticas e culturais e a memória coletiva.

A perspectiva localizada da História, em sala de aula, pode ser elencada por trazer à tona em sua estratégia didática, que privilegia a análise de fontes históricas diversificadas e as vivências individuais dos alunos e alunas, a busca pela compreensão dos temas do cotidiano, os modos de vida e as manifestações humanas do período estudado em questão.

¹ A obra **“Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas”** organizada por Ana Maria Monteiro, Arlette Medeiros Gasparello e Marcelo de Souza Magalhães, lançado em 2007, reúne vários artigos sobre pesquisas associadas à História Local e discute abordagens teórico-metodológicas formuladas a partir da experimentação dos processos de ensino-aprendizagem históricos.

² O trabalho **“Guia básico da Educação Patrimonial”** estruturado por Maria de Lourdes Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz, apresentado em 1999, lança mão de diversas possibilidades para o emprego da Educação Patrimonial no Ensino de História, elencando procedimentos e técnicas associadas ao patrimônio cultural material e imaterial dentro e fora de sala de aula.

“A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência - escola, casa, comunidade, trabalho, lazer - e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente”. (BITTENCOURT, 2004, p.168).³

Se somando de forma igualmente importante, a Educação Patrimonial, através de uma estratégia didática que reforça a análise crítica sobre os vestígios materiais e imateriais presentes na sociedade, tem como finalidade auxiliar o desenvolvimento da História para além dos registros oficiais. A partir dos conjuntos patrimoniais e das interpretações individuais dos discentes a respeito dos mesmos, vislumbra-se a construção de um debate de longo prazo envolvendo cultura e políticas de preservação e manutenção do patrimônio que possa suscitar mudanças no meio em que os estudantes estão inseridos.

Essas abordagens remontam a uma preocupação com o caráter homogeneizante e generalizante da História ensinada nas escolas que, por vezes, marginalizam a multiplicidade de memórias e vivências locais encontradas em todo o Brasil (BARBOSA, 1999, pg. 127)⁴.

É por meio dessa preocupação com a valorização da multiplicidade de expressões e identidades históricas e culturais em todo o Brasil que a abordagem da História Local e da Educação Patrimonial no ensino de História vem ganhando força nos debates acadêmicos nos últimos vinte anos. Segundo Luis Filipe Assumpção e Carlos Eduardo da Costa, a História Local “reforça a ideia de que o conhecimento histórico ocorre de modo cotidiano e que não está distante dos alunos em sala de aula” (ASSUMPÇÃO; CAMPOS, 2020, p.31)⁵.

Percebe-se a partir dos estudos de Núncio Constantino, que o conhecimento da História Local é fundamental no processo que constitui a formação de uma identidade, satisfazendo a necessidade inata de compreensão daquilo que está ao nosso redor e que também está relacionado à vida pessoal dos estudantes e cidadãos (CONSTANTINO, 2004). A

³ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

⁴ BARBOSA, Agnaldo Souza. A proposta de um estatuto para a História local e Regional. Algumas Reflexões. In: **História e perspectiva**, Uberlândia, janeiro/dez, 1999.

⁵ ASSUMPÇÃO, Luis Filipe B.; CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Considerações sobre o Ensino de História e Patrimônio Cultural: o caso dos PCNEM e BNCC. IN: BUENO, A.; CAMPOS, C. E. C.; PORTO, D. (Org.). **Ensino de História: Teorias e Metodologias**. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2020, p.25-33.

importância compreendida nesses estudos condiz com a força motriz deste trabalho, que objetiva o fortalecimento do processo de formação das identidades locais por meio do Ensino de História e das perspectivas didático-pedagógicas já citadas.

Em 2019, realizei, enquanto aluno da disciplina Estágio Supervisionado em História III, o trabalho de estágio-docência em uma escola de Igarassu, na Região Metropolitana do Recife (RMR). Esse trabalho, para além do cumprimento dos objetivos geral e específicos da disciplina, revelou a partir de algumas observações, o desejo de construir alternativas didáticas que possibilitem o emprego de abordagens como a da História Local e da Educação Patrimonial na disciplina escolar de História, servindo como inspiração e objeto de estudo para esta monografia.

Dessa forma, ao ter um contínuo contato com os conjuntos patrimoniais da cidade de Igarassu e perceber o potencial contido na abordagem da história local presente no município, considero importante privilegiar esse debate dentro da grande área do Ensino de História.

O presente trabalho apresenta como objetivo principal a elaboração de uma proposta didático-pedagógica que associe o ensino de história do período compreendido como Brasil Colonial à abordagem da história local, e da educação patrimonial com vistas a colaborar na construção de uma identificação maior dos estudantes com a cidade e à formação de identidades dos estudantes da educação básica do município de Igarassu.

Para o desenvolvimento do trabalho, serão utilizados para reflexão alguns patrimônios históricos que compõem o conjunto patrimonial presente na cidade de Igarassu, onde se destacam o Sítio/Reduto dos Marcos, a Igreja dos Santos Cosme e Damião e o Engenho Monjope. Esses patrimônios elencados estão historicamente associados à compreensão do período colonial brasileiro, seja pelas datas de fundação dos espaços, seja por representarem o projeto administrativo português, possibilitando, por sua vez, análises relacionadas ao entendimento das relações sociais, políticas, econômicas e culturais pretendidas para a prática didático-pedagógica através da esfera local.

A metodologia empregada no desenvolvimento desta monografia pode ser compreendida a partir de três eixos. O primeiro diz respeito à uma análise bibliográfica sobre a articulação entre o Ensino de História e as abordagens

didáticas-pedagógicas da História Local e da Educação Patrimonial, compreendendo a leitura e fichamento da literatura concernente à temática, bem como na seleção dos patrimônios a partir da realização de um mapeamento patrimonial e na análise historiográfica acerca dos desafios recentes relacionados ao estudo e aplicação da Educação Patrimonial em sala de aula, e a importância do estudo desta temática.

Em seguida, apresento considerações a respeito das possibilidades de utilização da História Local e da Educação Patrimonial no Ensino de História na Educação Básica em Igarassu a partir de uma análise crítica curricular e das discussões relativas aos dois campos presentes nos parâmetros curriculares em âmbito nacional e estadual.

O terceiro eixo diz respeito à análise de uma sequência didática construída pelo autor, com a utilização dos patrimônios provenientes do mapeamento patrimonial realizado e da abordagem da história local da cidade de Igarassu.

Com a finalidade de alcançar uma apresentação deste trabalho de maneira mais objetiva, optei por dividi-lo em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *Patrimônio Histórico Cultural e a Educação Patrimonial*, é dividido em três tópicos: o primeiro traz um breve histórico do patrimônio histórico e cultural no Brasil e em Pernambuco. No segundo tópico apresento e justifico a escolha do conjunto patrimonial de Igarassu para a análise didático-pedagógica, assim como ressalto a importância da preservação dos patrimônios em Pernambuco, compreendendo as políticas de proteção vigentes e seus objetivos. Na terceira parte, abordo as iniciativas de associação entre o Ensino de História e a Educação Patrimonial existentes em Igarassu, observando a presença do tema na grade curricular do município e suas respectivas políticas educacionais, bem como a importância da propagação dessas propostas de forma frequente na esfera educacional da cidade visando o processo de construção da identidade local.

No segundo capítulo, intitulado *Ensino de História e História Local*, trato da compreensão da abordagem da História Local nos parâmetros curriculares de ensino nas escalas nacional e estadual e de que maneiras essa abordagem é apresentada. Busco compreender também como a História Local pode colaborar no processo identitário local dos estudantes de forma mais ativa,

associando a história de Igarassu e o ensino da história colonial brasileira na Educação Básica igarassuense.

O terceiro e último capítulo, *A construção de um planejamento didático para Igarassu*, é dedicado à análise da construção de uma sequência didática destinada ao 2º Ano do Ensino Médio envolvendo o período colonial brasileiro e a história de Igarassu, onde é detalhado o trabalho de preparação e concepção da mesma.

CAPÍTULO 1: Patrimônio Histórico Cultural e a Educação Patrimonial

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, faz-se necessário traçar um breve histórico sobre o patrimônio nos âmbitos nacional e estadual, o desenvolvimento da legislação associada à preservação e valorização desses espaços e quais são os sentidos empregados na patrimonialização. Para isso, utilizo como base de análise as legislações nacional, estadual e local vigentes relacionadas aos patrimônios. Esses documentos tratam sobre a conceituação, a trajetória e as políticas públicas associadas à preservação, conservação e valorização dos patrimônios culturais.

1.1. Breve histórico do patrimônio cultural no Brasil e em Pernambuco

O entendimento do significado de “patrimônio” perpassa por diversas nuances sociais e políticas, que ao longo da constante evolução do conceito incorpora-se, para além da qualificação histórica, a dimensão cultural que se adequa às mudanças da sociedade, aos objetivos daqueles que decidem o que será patrimonializado e àquilo que se deseja ser lembrado - bem como o que se deseja ser esquecido.

“Etimologicamente falando, patrimônio significa uma ‘herança paterna. Bens de família’. Logo, é um legado do passado. É verdade que muitos desses bens nos chegaram através de heranças, porém eles não são simplesmente legados de uma geração a outra, eles são **‘construídos’, ‘recriados’, ‘apropriados’**. Do mesmo modo, a permanência desse patrimônio no tempo resulta de ações e interpretações dos diferentes grupos humanos, que partem sempre do presente em direção ao passado.” (SANTANA, 2002, p. 28). (grifo da autora).

O desenvolvimento do conceito discutido, dessa forma, passou e passa por um processo constante de desconstruções e reconstruções de seu sentido, uma vez que as “heranças” lembradas e patrimonializadas variam de acordo com os grupos detentores do poder e da narrativa histórica oficial. O trabalho com a ideia do patrimônio enquanto um projeto de “política de lembrança e esquecimento” mutável e passível de ressignificações condiz com o andamento desta monografia.

A compreensão de um patrimônio enquanto um bem coletivo, que carrega consigo as histórias, memórias e identidades grupais atentaram para as preocupações com a sua preservação e valorização de forma mais evidente na Europa a partir do século XIX, impulsionando a criação de órgãos e

legislações específicas e influenciando outros países como o Brasil no século XX (JÚNIOR, 2016, p. 19-20). Esse novo modo de pensar o patrimônio, que supera o Colecionismo privado e de base aristocrata, está atrelado a constituição dos Estados Nacionais europeus, que necessitavam de espaços e manifestações culturais oficiais que pudessem representar a história nacional de forma a contemplar uma parcela significativa dos cidadãos, o que influenciou outros “movimentos patrimoniais” em diferentes partes do mundo.

No Brasil, os debates sobre o patrimônio ganharam força nas primeiras décadas do século XX, mas só vieram a ter projetos, órgãos e legislações concretas no terceiro decênio do século, marcado pela Era Vargas. Influenciado principalmente por Mário de Andrade e Lúcio Costa, o movimento de patrimonialização nacional iniciou um processo de gerência e preservação dos bens históricos do país, que foram auxiliados pela Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN), criada em 1933, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), de 1937, e pelo Decreto Lei nº 25, também de 1937⁶.

A fase inicial do trabalho de conservação do patrimônio, ainda na década de 30, além de contar com o conceito de “Patrimônio Histórico e Artístico”, também se voltava a privilegiar bens materiais que ressaltam uma visualização da História do Brasil atrelada aos grandes personagens, aos heróis nacionais e às suas “heranças”. Isso é passível de visualização quando se tem acesso à lista de bens tombados⁷ nos primeiros anos de atividade dos órgãos de salvaguarda dos bens materiais, que apresentam grandes números de Igrejas, Capelas, Conventos, Fortes e outros espaços que remetem ao período colonial, à influência católica e a manutenção da mesma no desenvolvimento da sociedade brasileira.

Esse sentido de patrimonialização permaneceu inalterado por quase 50 anos, sendo revisitado e questionado à medida em que outros grupos da

⁶ **Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937.pdf>, último acesso 04/04/2022.

⁷ **Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento** (atualizado em 22/11/2021). Disponível: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018, último acesso 05/04/2022.

sociedade eram representados nos processos de estudo e tombamento de bens e manifestações culturais.

Esse processo de preservação e valorização do patrimônio brasileiro, para além do apoio dos intelectuais e artistas nacionais, ganhou força com a liderança internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) nas ações de cunho preservacionista. A UNESCO promoveu, durante toda a segunda metade do século XX, encontros, reuniões e convenções que visavam estimular os países a promoverem novas políticas de proteção e tutela dos bens culturais, a exemplo da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural⁸, de 1972, que só veio a ser aderida em definitivo pelo Brasil em 1977.

As considerações sobre o patrimônio realizadas na Convenção fomentada pela UNESCO em 1972 ecoaram pelo Brasil durante vários anos, impulsionando debates e incluindo outras perspectivas no âmbito patrimonial, o que deu espaço para a primeira reformulação e ampliação do conceito em questão. O que antes era debatido como “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” teve a inclusão da referência cultural em seu núcleo principal, tornando-se “Patrimônio Cultural Brasileiro”, o que permitiu a consideração dos bens imateriais e alterou, por sua vez, a lógica da política de construção de uma memória nacional atrelada ao conceito.

“A eleição dos patrimônios de uma nação, materiais ou imateriais, é uma das operações políticas mais importantes para a consolidação de uma determinada história, memória e cultura comuns. Registra e consolida o valor de certas manifestações, conferindo-lhes significados atuais e novas possíveis leituras, do passado e da própria nação. A definição de uma cultura nacional, historicamente construída, depende sempre dessas escolhas políticas.” (ABREU, 2007, p.351)

A constituição do patrimônio, dessa forma, não é estática e nem tão pouco isolada do debate político e social, sendo passível de constantes mudanças no interior de seu conceito, à medida em que favorece diferentes grupos e projetos de poder que, por sua vez, possuem memórias, identidades e versões históricas a serem favorecidas em detrimento de outras. Seguindo a

⁸ **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural.** Disponível: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>, último acesso 18/11/2020.

renovação conceitual acerca dos bens culturais, o Artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988 elenca que:

"Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Art. 216. CF/1988)

A Carta Magna brasileira reitera, portanto, a missão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que visa à promoção e coordenação do processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e garantindo o direito à memória⁹. Com esses objetivos em mente, observa-se a forma como se dimensionou a preocupação com o patrimônio em todo o Brasil, que englobou novos espaços de memória e reconheceu os esforços de comunidades locais e regionais focadas na entrada do circuito nacional dos patrimônios culturais, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1 – Número de bens tombados por região no Brasil até 2010.

Número de bens tombados por região no Brasil	
Região Centro-Oeste	57
Região Nordeste	381
Região Norte	34
Região Sudeste	517
Região Sul	124

Fonte: Cultura em números: anuário de estatísticas culturais. 2ª Ed., Brasília: MinC, 2010.

Como demonstrado anteriormente, esse trabalho de preservação do patrimônio nacional tem expressividade na Região Nordeste do Brasil, que por sua vez marca, dentre outros estados, Pernambuco como peça importante na constituição de políticas de proteção aos bens culturais tangíveis e intangíveis.¹⁰

⁹ **Referencial Estratégico – Missão do IPHAN.** Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/314>, último acesso 18/11/2020.

¹⁰ Assim como demonstra o Anuário de Estatísticas Culturais organizado pelo Ministério da Cultura em 2010, o Estado de Pernambuco possui o segundo maior número de bens tombados (82) pelo IPHAN, ficando atrás apenas do Estado da Bahia com 175 bens tombados em definitivo.

O estado pernambucano tem um histórico longo no que diz respeito às articulações em prol do amparo e salvaguarda do patrimônio cultural, reivindicando a atenção do governo federal desde 1920 para as ações de cunho preservacionista (PACHECO, SANTOS, 2015, p. 187). O movimento de patrimonialização estadual se consolida, entretanto, com a criação da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), em 1973, que viria a se tornar o órgão maior na esfera estadual responsável pela política cultural do patrimônio.

A FUNDARPE em seus 49 anos de existência foi responsável por algumas ações de tombamento¹¹ e pela construção de uma agenda patrimonial atrelada ao IPHAN, ao mesmo tempo em que buscava diversificar um ainda engessado processo de patrimonialização. Uma breve demonstração das atividades do órgão estadual pode ser visualizada através dos números que seguem abaixo:

Tabela 2 – Número de bens tombados e em processo de tombamento em PE até 2014.

Número de bens com tombamento definitivo em Pernambuco até 2014	
IPHAN	Estado de Pernambuco/FUNDARPE
82	66
Número de bens em processo de tombamento em Pernambuco até 2014	
IPHAN	Estado de Pernambuco/FUNDARPE
44	142

Fonte: FUNDARPE. Patrimônios de Pernambuco: materiais e imateriais. 3ª Ed. Recife: FUNDARPE, 2014.

Os números apresentados anteriormente corroboram a atividade de proteção aos bens culturais tangíveis e intangíveis que compõem a história de Pernambuco e de seus municípios constituintes, a exemplo da Região Metropolitana do Recife (RMR), que compreende além da própria cidade do

¹¹ Através da consulta da lista de bens materiais tombados e da lista de registros dos patrimônios imateriais, pode-se visualizar um trabalho que procura abarcar outros grupos sociais presentes na composição da História de Pernambuco e do Brasil. Esse esforço, que se nota tímido em seu início, incide sobre as partes metropolitana e interiorana do Estado, incluindo a cidade de Igarassu. Mais informações podem ser encontradas nos seguintes documentos: **Bens tombados pelo Estado de Pernambuco** (atualizado em 16/11/2021). Disponível: http://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/BENS-TOMBADOS-PELO-ESTADO_17_03_2022_Só-com-os-que-tem-decreto.pdf e <http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/imaterial/inventarios-e-registros-2/>, último acesso 05/04/2022.

Recife, os conjuntos patrimoniais de Olinda, Goiana e Igarassu, sendo este último objeto da análise realizada na sequência.

1.2. O conjunto patrimonial de Igarassu

A cidade de Igarassu, localizada a cerca de 25km da capital pernambucana, tem um dos mais expressivos conjuntos patrimoniais do Estado de Pernambuco e da Região Nordeste do Brasil. A constituição desse conjunto patrimonial pode ser observado como um produto das políticas de salvaguarda dos bens culturais tangíveis e intangíveis promovidas pelo IPHAN em esfera nacional, e pela FUNDARPE em esfera estadual após cobranças da sociedade civil e da classe política em âmbito local.

As ações de proteção relacionadas ao conjunto patrimonial igarassuense podem ser inicialmente observadas a partir das primeiras sinalizações feitas pelo Deputado Estadual Mário Melo ainda em 1935, que a partir de um Projeto de Lei legou à cidade de Igarassu o status de Monumento Público Estadual (BARRETO, MELO, VIEIRA, 2013, p. 13). Já em 1972, a primeira grande operação de resguardo ao acervo patrimonial foi coordenada pelo IPHAN onde uma área de 0,4 Km², que corresponde ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu, foi tombada¹², atendendo aos apelos das organizações de preservação histórica da cidade.

Em 2003, após promulgação da lei que estabelecia a Planta Diretora de Igarassu¹³, alguns dos bens materiais e monumentos históricos presentes na cidade começaram a compor o “Setor de Preservação Monumental”, sendo considerados “Imóveis Especiais de Preservação Histórico-Ambiental” pela Prefeitura de Igarassu, onde elenco principalmente:

- **Convento e Igreja de Santo Antônio/Museu Pinacoteca de Igarassu** - Construção datada de 1588, Tombamento pelo IPHAN datado de 1938;
- **Engenho Inhamã** - Construção datada de 1593/95, Tombamento não localizado;
- **Igreja de N.S^a. do Rosário dos Homens Pretos** - Construção datada do início do século XVIII, Tombamento não localizado;

¹² **Igarassu – IPHAN.** Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/350/>, último acesso 19/11/2020.

¹³ **Lei 2.466/2003. Instituição da Planta Diretora de Igarassu.** Disponível: https://conjuntosurbanospe.com.br/wp-content/uploads/20131203205336_lei-2466-plantadiretoradelgarassu.pdf, último acesso 09/04/2022.

- **Engenho Gongagary** - Construção datada de 1595, Tombamento não localizado;
- **Capela de São Sebastião** - Construção datada de 1735, Tombamento pelo IPHAN/FUNDARPE datado de 1951;
- **Convento do Sagrado Coração de Jesus** - Construção datada de 1742, Tombamento pelo IPHAN datado de 1951;
- **Casa de Câmara e Cadeia** - Construção datada do terceiro quartel do século XVIII, Tombamento não localizado;
- **Capela de Nossa Senhora do Livramento** - Construção datada de 1774, Tombamento pelo IPHAN datado de 1951;
- **Maracatu Estrela Brilhante de Igarassu** - Fundação datada de 1824, Registro como patrimônio vivo pela FUNDARPE datado de 2009;
- **Museu Histórico de Igarassu** - Fundação datada de 1954.

Os patrimônios brevemente apresentados aqui foram selecionados com o intuito de demonstrar um pouco do sentido empregado na patrimonialização desempenhada pelos órgãos responsáveis pela salvaguarda dos bens materiais e imateriais do município. Em sua maioria, Engenhos, Igrejas, Capelas, Conventos e Cadeia representam, seja pelo sentido econômico-administrativo, seja pelo simbolismo da cultura católica, a valorização de um passado histórico, de uma visualização da História do Brasil Colonial que fortalece as raízes católicas, portuguesas e agrícolas mesmo no século XX e XXI.

De forma a evidenciar e questionar ainda mais o sentido da patrimonialização empregado pelos órgãos de preservação e salvaguarda dos bens materiais e imateriais, listo também alguns outros patrimônios históricos presentes no circuito cultural igarassuense. Esses locais foram selecionados para a composição de uma Sequência Didática que visa trabalhar, para além do período histórico do Brasil Colonial, o processo de formação de uma identidade local nos estudantes do ensino médio:

- **Sítio/Reduto dos Marcos** - Local em que se delimitavam as Capitanias de Pernambuco e Itamaracá e, onde em 1516, Cristóvão Jacques ergueu a Feitoria de Pernambuco.¹⁴ Data de tombamento não localizada de forma oficial;

Imagem 1:

¹⁴ BARRETO, Jorge; MELO, Fernando; VIEIRA, Edvan. **Igarassu - Informações Municipais**. 1ª Ed. 2013;



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Igarassu.

- **Igreja dos Santos Cosme e Damião** - A mais antiga do Brasil: foi erguida por ordem do Capitão Afonso Gonçalves, a partir de setembro de 1535.¹⁵ Tombamento datado de 1951 pelo IPHAN;

Imagem 2:



Fonte: CBN Recife.

¹⁵ BARRETO, Jorge; MELO, Fernando; VIEIRA, Edvan. **Igarassu - Informações Municipais**. 1ª Ed. 2013;

- **Engenho Monjope** - As primeiras notícias sobre Monjope advêm de outubro de 1600, quando Antônio Jorge e sua mulher Maria Farinha, doaram aos jesuítas por graça, uma quadra de terras medindo oitocentas braças.¹⁶ Tombamento datado de 2018 pela FUNDARPE.

Imagem 3:



Fonte: Leo Motta/JC Imagem.

Apesar dos avanços significativos relacionados à preservação e resguardo do patrimônio cultural em suas formas material e imaterial na esfera municipal, e da constituição de instituições de memória que consigam gerir esses patrimônios, é importante ressaltar os espaços em questão possuem valores atribuídos, uma vez que:

“O Patrimônio surge, quando uma comunidade cultural dá forma a esses laços de ligação e pertinência, conferindo qualidade de representação aos bens tangíveis e intangíveis que escolhe valorizar.” (SANTOS, 2008, p. 29)

Essas considerações sobre a valorização dos bens culturais trazem à tona uma problemática pertinente envolta na elaboração deste trabalho, que diz respeito à relação de identificação e representatividade verificada entre os habitantes e o conjunto patrimonial da cidade.

Segundo José Gonçalves (2009, p. 25-33), o patrimônio vai além do simbólico, medindo relações sensíveis entre humanos e divindades, passado e

¹⁶ BEZERRA, Almir do Carmo. *Da olaria para a fábrica. Cerâmica e produção açucareira no Engenho Monjope, Igarassu, Pernambuco*. Recife: UFPE, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/793>>, último acesso 20/08/20.

presente, tornando-se também um “agente formador” de pessoas. Ou seja, o patrimônio pode ser imaginado como algo dinâmico, passível de compreensão através de atividades que o envolva e o ressignifique, indo além das reflexões isoladas e permitindo novas formas de se relacionar com o espaço por parte da comunidade presente próximo ao patrimônio.

Compreender o patrimônio cultural, para além do que já foi dito sobre as políticas de salvaguarda e o simbolismo imbricado nos bens culturais, é um exercício interpretativo que demanda constantemente daqueles que estudam os bens materiais e imateriais, uma análise das relações político-sociais no meio cultural e dos anseios dos grupos que emergem em busca de representação. De acordo com José Itaquí:

“Resgatar o patrimônio cultural dos nossos municípios através dos elementos que fazem cada lugar e definem a identidade cultural dos seus habitantes, não só é uma responsabilidade para com o passado histórico dessas comunidades, mas fundamentalmente com seu futuro.” (ITAQUI, 1998, P. 17)

A consciência dessa responsabilidade, entretanto, não surge espontaneamente, sendo fundamental para esse processo de conexão entre períodos históricos distintos, a realização de procedimentos interativos, que promovam a integração popular no debate patrimonial. Sem a presença dessas preocupações nos debates da sociedade local, torna-se comum observar o aumento de patrimônios em estado de deterioração parcial¹⁷ ou total¹⁸, que também passam despercebidos no radar das políticas patrimoniais estabelecidas nas esferas municipal e estadual.

Buscar reverter a inércia da sociedade local para com o patrimônio histórico e cultural, dessa forma, não se mostra uma tarefa simples, pois demanda articulações e diálogos constantes entre o poder público e a população no que diz respeito à educação, à cultura e aos meios empregados para manutenção dos espaços históricos. Isso, porque sendo a cidade:

¹⁷ *Engenho Gongaçary é joia rara esquecida em Igarassu.* JC. Disponível: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/03/05/engenho-gongacary-e-joia-rara-esquecida-em-igarassu-224386.php>, último acesso 20/11/2020.

¹⁸ *Engenho Monjope: patrimônio deteriorado em Igarassu.* JC. Disponível: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/09/09/engenho-monjope-patrimonio-deteriorado-em-igarassu-353892.php>, último acesso 20/11/2020.

“um espaço de construção coletiva, ela pode ser lida e interpretada como um cenário de relação do Homem com o seu Patrimônio. Esse cenário situa-se num espaço com determinadas coordenadas geográficas, onde estão inscritos os traços, de um percurso temporal de relação de uma determinada comunidade com esse espaço-tempo, no seu processo de desenvolvimento, respondendo a desafios consecutivos. Dos traços desse percurso e da apreensão deles pela comunidade nasce uma determinada matriz identitária que marca a relação dos indivíduos dessa comunidade com os outros e com outras identidades e pertencças que vai adquirindo.” (CARVALHO, 2014, p. 70)

A coletividade, presente na construção do espaço urbano e nas interações nele existentes, também pode ser pensada, para além de outras esferas, no meio educacional, na formulação de estratégias que não façam os habitantes perderem de vista a matriz identitária que imagina o município de Igarassu enquanto inserido numa lógica Colonial, e o porquê ele é imaginado desta maneira, bem como quem redigiu essa história.

A responsabilidade de se lidar com memórias coletivas e pensar as relações sociais, políticas e culturais em períodos distintos em determinada localidade se assemelham muito às atribuições diárias de um professor de História. Assemelham-se de tal maneira que permitiram aos educadores pensar abordagens metodológicas que pudessem associar as duas tarefas - construção de processos educativos formais e não formais que possuem o patrimônio cultural como foco principal e o desenvolvimento de processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, se constituindo assim um processo de mediação que é a Educação Patrimonial, que será objeto de análise a seguir.

1.3. O emprego didático-pedagógico da educação patrimonial

“Preservar o patrimônio histórico da nação constitui, antes de tudo, **uma missão educativa**, pois o que se pretende com essa ação é levar ao conhecimento das gerações futuras o passado nacional com o objetivo de fortalecimento da identidade e do sentimento de pertencimento dos cidadãos. Em última instância é a herança cultural das gerações passadas que se lega à posteridade e isso nada mais é do que, em sentido mais amplo, promover a educação.” (ORÍÁ; PEREIRA, 2012, p. 163) (grifo próprio).

A missão educativa presente no ato da compreensão de um patrimônio diz respeito ao trabalho direto com a recuperação histórica de um espaço/bem que passa por diversas interpretações em seu sentido, o que faz com que esses locais possam ser amplamente utilizados enquanto ferramentas didáticas no Ensino de História que ajudem os(as) estudantes e futuros(as) cidadãos(ãs) a compreenderem o peso, a importância e o sentido da herança cultural a seu lugar de vivência atribuídos, bem como desenvolverem um senso de historicidade mais apurado.

Entretanto, a compreensão dos valores atribuídos a um patrimônio histórico cultural, por vezes, pode ser um exercício não tão atrativo aos olhos dos estudantes por diversas razões, indo desde a ausência de estímulos que os façam imaginar os bens materiais para além de meras ilustrações do passado até a interpretação dos patrimônios enquanto não passíveis de ressignificação, estagnados em seus períodos de construção.

Numa tentativa de minimizar esses entraves e auxiliar professores(as) e educadores(as) em seus processos formativos, no século XX começa a ser difundida uma estratégia didático-pedagógica chamada de Educação Patrimonial que essencialmente:

“Trata-se de um processo **permanente e sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência e do contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**.” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6) (grifo das autoras).

Esse instrumento didático-pedagógico, para além de uma metodologia, pode assumir, se bem utilizado, a responsabilidade de alfabetizar culturalmente os estudantes e cidadãos, possibilitando através de boas implicações no processo educacional, novas e diferentes leituras do espaço e da sociedade em que está inserido, fortalecendo o processo de valorização histórica e cultural.

A abordagem do patrimônio cultural a partir de um processo didático-pedagógico, se bem estruturada, torna-se bastante recomendável nos planejamentos de ensino construídos pelos professores de História. Estes, por sua vez, precisam atentar para algumas etapas fundamentais como elenca Grunberg (2007, p. 6):

1. **Observação:** refere-se ao que está sendo sentido pelos estudantes. Nesta etapa são realizadas perguntas ao objeto ou tema que está sendo estudado visando obter o maior número de informações possíveis;
2. **Registro:** através da escrita, da fala ou de desenhos, os alunos demonstram suas descobertas mais significativas a respeito do objeto analisado;
3. **Exploração:** refere-se à análise do objeto estudo, onde são levantadas hipóteses, discussões e pesquisas que possam elucidar dúvidas e gerar opiniões;
4. **Apropriação:** diz respeito ao significado atribuído pelos estudantes ao objeto analisado, recriando o bem cultural através de diversos meios de expressão e promovendo uma atuação criativa que valorize o patrimônio.

O trabalho com a educação patrimonial, assim como todos os demais procedimentos metodológicos, também precisa conter em seu núcleo objetivos a serem alcançados, que demonstram o horizonte pretendido pelos professores. Ao pensar no caso do patrimônio histórico e cultural de Igarassu, aquilo que busco privilegiar são fatores como:

- O lugar da educação patrimonial na **formação de cidadãos conscientes de sua história;**
- O **lugar pedagógico da educação patrimonial** entre as atividades curriculares propostas para o Ensino de História.

Essas considerações evocam a preocupação com a perda dos laços identitários entre o patrimônio histórico e cultural e a sociedade local, uma vez que os mesmos podem se tornar apenas mais uma parte da paisagem, perdendo seu brilho e valor histórico, assim como as possíveis problematizações que podem ser atribuídas aos bens culturais e manifestações populares privilegiadas pela patrimonialização.

Salvos os projetos inspiradores da “Casa do Patrimônio em Igarassu”¹⁹, fruto de uma parceria entre o governo municipal e o IPHAN, em funcionamento desde 2009 e inaugurada em 2015, e “Navegando na Canoa, uma viagem no patrimônio histórico e cultural de Igarassu”²⁰, incentivado pelo Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura) em 2017, pode-se observar um trato ainda embrionário no que diz respeito às políticas públicas educacionais e materiais didáticos que possam apoiar o desenvolvimento de uma maior aproximação da população de Igarassu, de suas expressões históricas e culturais.

Os indicativos da baixa adesão e do pequeno incentivo à abordagem metodológica da educação patrimonial também podem ser visualizados de forma geral em Pernambuco, como mostram os dados a seguir:

Tabela 3 – Porcentual de municípios em Pernambuco que realizam atividades envolvendo o patrimônio cultural e o acervo histórico até 2010.

Porcentual de municípios com escolas, oficinas ou cursos de patrimônio, conservação e/ou restauração	
Brasil (Média nacional)	Pernambuco
5,40	6,49
Porcentual de municípios que realizaram exposições de acervo histórico	
Brasil (Média nacional)	Pernambuco
20,20	25,41

Fonte: Cultura em números: anuário de estatísticas culturais. 2ª Ed., Brasília: MinC, 2010.

Os números apresentados pelos municípios pernambucanos, mesmo que acima da média nacional, corroboram a necessidade de uma maior abrangência com o trabalho da educação patrimonial.

¹⁹ Projeto que tem como objetivo a promoção do patrimônio histórico e cultural de Igarassu e de Pernambuco, a Casa do Patrimônio inaugurada pelo IPHAN em 2015 busca disponibilizar acesso gratuito a mostras culturais e diferentes ações educativas que incentivem o conhecimento da história do município a partir do teatro, da música, da dança e de diversas outras formas. Mais informações sobre o projeto disponíveis aqui: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2851/casa-do-patrimonio-vai-ser-inaugurada-em-igarassu-pe>, último acesso 21/11/2020.

²⁰ Idealizado como uma proposta interdisciplinar envolvendo o teatro, as artes e a educação, o projeto Navegando na Canoa, desenvolvido pela Funcultura e Prefeitura de Igarassu em 2017, une atividades lúdicas ao conhecimento histórico, apresentando aos alunos e alunas da rede pública o potencial histórico do conjunto patrimonial igarassuense. Mais informações sobre o projeto disponíveis aqui: <http://www.cultura.pe.gov.br/canal/funcultura/teatro-e-educacao-se-unem-em-prol-da-valorizacao-do-patrimonio-de-igarassu/>, último acesso 21/11/2020.

Pensando nas preocupações já elencadas e naquilo que pode ser ofertado para o trabalho com a educação patrimonial em Igarassu, foi desenvolvido como parte componente da Sequência Didática um roteiro histórico para a atividade de campo ali proposta. Esse roteiro tem como base as proposições da museóloga Maria Horta e será analisado mais adiante no terceiro capítulo deste trabalho.

Compreende-se, portanto, que o trabalho com o patrimônio cultural e o ensino de História, podem possuir um forte caráter formativo e transformador. Essa formação se direciona para a identidade individual e coletiva dos/das estudantes, fortalecendo suas atitudes enquanto cidadãos e sujeitos históricos ativos em seus meios de vivência e na sociedade de forma geral.

CAPÍTULO 2: Ensino de História e História Local

Após o entendimento das nuances que envolvem o Patrimônio Histórico Cultural de Igarassu e as práticas de Educação Patrimonial estabelecidas nos últimos anos, torna-se essencial pensar as associações entre essa metodologia didático-pedagógica e a abordagem da História Local na Rede Municipal de Ensino.

Os pontos a seguir buscam analisar a compreensão do conceito de História Local, o tratamento dado a essa perspectiva histórica no Ensino de História em âmbitos nacional, estadual e municipal, bem como as possibilidades de implementação dessa abordagem no Ensino de História em Igarassu visando a relação da estratégia didático-pedagógica com a formação identitária dos(as) estudantes.

2.1: A trajetória da perspectiva da História Local, sua utilização no Ensino de História e a questão curricular

Após um processo de renovação historiográfica posteriormente nomeado como “Nova História”²¹, que foi promovido e desencadeado a partir do terceiro decênio do século XX por um grupo de historiadores franceses que ficaram conhecidos como a “Escola dos Annales”²², foi possível que outros historiadores ao redor do mundo pudessem ter acesso a novas bases e métodos para a escrita da História, bem como a flexibilização daquilo que pode ser considerado uma fonte histórica²³.

Entre outras correntes históricas que ganharam fôlego com a renovação histórica promovida, pode-se elencar o desenvolvimento das bases da História Local, onde se vê em Pierre Goubert - um dos historiadores influenciados diretamente pela Nova História, uma figura central na formulação e difusão de parâmetros que validam o movimento histórico regional e, posteriormente, local. Neste trabalho se toma como premissa o conceito de Pierre Goubert (1992, p. 70):

²¹ BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista, 1991.

²² BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista, 1991.

²³ CARVALHO, Carlos Henrique de. **A História local e regional - dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais**. Cadernos de História da Educação – n. 6 – jan./dez. 2007.

“Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwick ou pays francês). Praticada há tempos atrás com cuidado, zelo, e até orgulho, a história local foi mais tarde desprezada — principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX — pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado; na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a história local pode ser autêntica e fundamentada.”

Essa perspectiva histórica tem sido considerada com mais frequência nos debates didático-pedagógicos nos 30 últimos anos, uma vez que ao contrário de abordagens mais gerais que privilegiam o macro das narrativas históricas nos espectros nacional e regional, a História Local permite aos professores um diálogo com o fragmento, com o particular e com circunstâncias do cotidiano, sem perder de vista a relação passado-presente (RODRIGUES, 1996, s/p.).

A validação do uso da História Local enquanto alternativa didática no Ensino de História pode se dar, entre outras razões, pelo potencial formativo visualizado nessa abordagem histórica. O ato de aproximar o estudo histórico dos estudantes, apresentando e problematizando acontecimentos, comportamentos e organizações existentes em seus locais de vivência em períodos distintos podem atrair a atenção e o interesse dos alunos para o entendimento do seu próprio passado e para aquilo que constitui a sua identidade.

“Nos debates atuais do ensino de história apontam-se possibilidades de estabelecer relações muito profícuas entre o estudo das trajetórias locais/regionais e os processos de formação de identidades sociais plurais, de modo a superar o verbalismo das aulas de história circunscritas apenas a temporalidades remotas, a espaços distantes e a determinadas memórias com as quais a maioria dos estudantes que frequenta a escola brasileira não se identifica e nas quais não reconhece as suas experiências, tampouco as de seu grupo de pertença. Os estudos do local/regional podem, ainda, contribuir para estabelecer diferentes formas de resistência aos processos de padronização e homogeneização culturais, promovidos pela dinâmica da globalização. [...]” (CAIMI, 2010, p. 60-61)

Pensar a História Local enquanto estratégia didático-pedagógica, é pensar no desenvolvimento de estudantes munidos de conscientização histórica e da historicidade visualizadas de forma ativa nos locais onde se dão suas relações sociais, políticas e culturais cotidianas.

No Brasil, as primeiras considerações sobre o estudo da História Local advêm do período imperial, onde se analisavam a História das províncias e dos estados brasileiros antes mesmo do panorama nacional (CAINELLI, 2010, p. 25). Entretanto, as ponderações oficiais tratando a História Local enquanto abordagem viável e recomendável na prática do ensino de História vieram, inicialmente, em 1997, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais²⁴, elencando-se que:

“Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. Nesse sentido, a proposta para os estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais, classificando-os como mais “evoluídos” ou “atrasados”.

Trabalhar a abordagem da História Local no processo didático-pedagógico pode auxiliar o desenvolvimento do olhar histórico dos(as) estudantes frente a historicidade presente em seu meio, ou seja, aos seus próprios lares, ruas e bairros. A História Local pode, ainda, fazer a observação da História se voltar para as gerações que antecedem o aluno envolto no processo formativo, fazendo com que o movimento identitário presente no mesmo reconheça suas raízes em outros indivíduos que constituíram e constituem seu espaço de vivência.

A aplicação dessa abordagem, entretanto, enfrentou e enfrenta algumas dificuldades atreladas principalmente à composição curricular e aos materiais didáticos disponibilizados aos professores de história. Dificuldades essas que dizem respeito, mais especificamente, ao desenvolvimento de bases curriculares ainda destoantes da prática observada em sala e ao nível

²⁴ Parâmetros Curriculares Nacionais – História e Geografia. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>, último acesso 24/11/2020.

preliminar dos materiais didáticos construídos que possam dar sustentação ao planejamento das aulas por parte dos professores.

Por se tratar de algo que será apreendido e discutido pelas novas gerações, discussões que envolvem o currículo são sempre marcadas por tensões, concessões e conflitos de ordem política, econômica, social e cultural, que influenciam e se deixam influenciar pelas formas de organização de um projeto nacional. (CAIMI, 2010, p. 68)

Em se tratando das proposições curriculares para o Ensino Médio – etapa privilegiada na construção da sequência didática apresentada no terceiro capítulo deste trabalho, vê-se através do texto que compõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o nível correspondente²⁵, instituído em meados de 2018, a Competência Específica I que sugere:

“Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.” (BRASIL, 2018, p. 559)

Essas considerações, sem dúvidas, incentivam o uso da abordagem local de maneira articulada às abordagens mais amplas no ensino da disciplina escolar de História, mas esbarram nos materiais didáticos e, em especial, nos livros didáticos. Esta ferramenta tão presente no cotidiano de professores e estudantes brasileiros ainda detém forte influência na constituição de planejamentos anuais, bimestrais e individuais (BITTENCOURT, 2002, 71-72) que por sua vez, podem engessar a atividade docente, gerando uma concentração nas bases de conteúdo que favorecem um trabalho mais voltado para o geral, não viabilizando uma discussão mais localizada da História.

Ao aproximar o debate curricular atrelado à abordagem da História Local na esfera estadual, mesmo que presente o caráter generalista dos conteúdos propostos para o ensino de História, percebe-se através do texto oficial que compõe os Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco²⁶,

²⁵ Base Nacional Comum Curricular Etapa Ensino Médio – História. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio>, último acesso 24/11/2020.

²⁶ Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco – História. Disponível: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=36&art=1047>, último acesso: 25/11/2020.

instituído em 2013, preocupações mais intensas no que diz respeito ao trabalho com o espectro local, o cotidiano, as práticas culturais e as experiências coletivas.

Tabela 4 – Síntese dos Núcleos Conceituais e Temáticos para o ensino de História em Pernambuco.

Síntese dos Núcleos Conceituais e Temáticos – HISTÓRIA		
EF – 1º a 5º ano	EF – 6º a 9º ano	EM – 1º a 3º ano
Núcleos Conceituais		
1. Sujeito histórico: identidade e diversidade	1. Sujeito histórico: identidade e diversidade	1. Sujeito histórico: identidade e diversidade
2. Tempo	2. Tempo	2. Tempo
3. Fontes Históricas	3. Fontes Históricas	3. Fontes Históricas
Núcleos Temáticos		
4. Cidadania, participação social e política	4. Relações de poder, cidadania e movimentos sociais	4. Relações de poder, cidadania e movimentos sociais
5. História Local, cotidiano, cultura e tecnologias	5. Organizações políticas e conflitos: povos, nações, lutas, guerras, revoluções	5. Organizações políticas e conflitos: povos, nações, lutas, guerras, revoluções
	6. Natureza, terra e trabalho	6. Natureza, terra e trabalho
	7. Sociedade, cotidiano, cultura e tecnologias	7. Sociedade, cotidiano, cultura e tecnologias
6. Histórias de Pernambuco: sujeitos, práticas culturais e experiências coletivas	8. Histórias de Pernambuco: sujeitos, práticas culturais e experiências coletivas	8. Histórias de Pernambuco: sujeitos, práticas culturais e experiências coletivas

Fonte: PERNAMBUCO. Secretaria de Educação de Pernambuco. Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco. Recife: SEPE/UNDIME, 2013.

De acordo com as informações dispostas anteriormente, verifica-se um esforço na construção de orientações teórico-metodológicas que buscam propiciar aos professores de História possibilidades que viabilizem discussões pertinentes ao Estado de Pernambuco e às relações sociais, políticas e culturais a ele associadas.

Ao pensar de forma mais específica, pontuo aqui o desenvolvimento de Planejamentos Bimestral e Anual que desenvolvi enquanto estagiário-docente do 7º Ano do Ensino Fundamental em 2019, onde pude efetivar de forma breve, o ensejo de aproximar o Ensino de História da visualização localizada do

processo histórico por meio de temáticas como a “Colonização portuguesa na América” e o “Nordeste açucareiro/colonial”²⁷.

Mais próximo da execução e da prática, o componente curricular eletivo que compõe a parte diversificada da nova matriz curricular para o Ensino Médio, “História da Cultura Pernambucana”²⁸, que tem seu material disponibilizado pela Secretaria de Educação do Estado, propõe em sua ementa “a compreensão do processo de construção da identidade cultural pernambucana a partir do reconhecimento da história dos grupos indígenas e afro-brasileiros”, objetivando a identificação da “contribuição dos grupos indígenas e afro-brasileiros na formação da cultura pernambucana, analisando as principais manifestações folclóricas e religiosas, bem como, o panorama atual da cultura popular no Estado.”.

Esses elementos representam a busca pela “conciliação” entre as matrizes curriculares nacionais – em grande medida ainda associadas ao ENEM e mais recentemente à BNCCEM, e a constituição de um ensino de História um pouco menos generalista e sintético, e mais plural e significativo. A significância se dá, em grande medida, pelo fato de se propiciar ao estudante o conhecimento de realidades presentes nos processos históricos regionais e locais, que são inerentes à formação da identidade de um indivíduo e dizem respeito também às esferas social, política e cultural. (CONSTANTINO, 2004, pg. 176)

O trabalho com a História Local tem sido cada vez mais robusto nas últimas duas décadas, e vem motivando diversos trabalhos de investigação histórica com fins didático-pedagógicos em municípios de todo o Brasil, sendo alçado como uma estratégia eficaz para aqueles(as) professores(as) que buscam ressignificar e valorizar historicamente o meio onde seus alunos e alunas estão inseridos. Com o crescimento do potencial didático dessa corrente

²⁷ Na experiência em questão, ao buscar o cumprimento dos objetivos específicos da disciplina, desenvolvi um Planejamento Anual e Bimestral imaginando os conteúdos didáticos e os instrumentos avaliativos de cada momento. Por se tratar de um 7º Ano, alguns temas se focalizam justamente no início do processo da colonização portuguesa, fazendo que fosse possível extrair discussões localizadas de Igarassu sobre a perspectiva do desenvolvimento do projeto administrativo colonial. Ao propor esse estilo de abordagem, foi necessário contrastar os planejamentos da professora titular de história, que há muito tempo se utilizava de uma análise geral por conta das bases oferecidas, em grande medida, pelo livro didático.

²⁸ Matriz Curricular – História da Cultura Pernambucana. Disponível: <http://www.educacao.pe.gov.br/porta1/?pag=1&cat=36&art=56>, último acesso 25/11/2020.

histórica, o Ensino de História já mostra sinais de mudança no que tange à formulação de políticas curriculares menos engessadas e mais favoráveis ao desenvolvimento de planejamentos de ensino mais voltados à exploração histórica local - ainda que seja necessário romper com a generalidade dos materiais didáticos e combater a influência dos grandes exames avaliativos nacionais enquanto bases conteudistas incontestáveis.

Sabido da necessidade de referências para a construção de qualquer identidade, a associação entre o Ensino de História e a História Local se fortalece do potencial que pode ser retirado de espaços patrimonializados ou não, da oralidade, das expressões culturais coletivas e do passado recente visualizado no cotidiano dos estudantes. Essas ferramentas, se bem ofertadas aos alunos, podem constituir um grupo de jovens mais cientes daquilo que os pertence e daquilo que também são seus direitos dentro da sociedade.

A seguir verifica-se uma breve menção ao resgate histórico associado à cidade de Igarassu e o apelo à criação de garantias para o ensino dessa história na Rede Municipal de Ensino.

2.2: Aspectos históricos de Igarassu e a abordagem da História Local no Ensino de História

Segundo o historiador Raphael Samuel (1990, p. 220) a História Local “requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia mais imediata do passado.” Essa perspectiva histórica pode ser visualizada “dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos.”

Em outras palavras, a História Local dá margem para um conhecimento histórico mais aproximado e passível de investigação de forma mais robusta por aqueles(as) que estão inseridos no meio da pesquisa histórica localizada. No caso de Igarassu, que registra desde o ano oficializado de sua fundação em 1535 por Duarte Coelho, 487 anos de idade, os elementos passíveis de análise e pesquisa históricas podem ser observados em diversas partes do território municipal.

A presença de vestígios históricos, monumentos e manifestações culturais seculares remetem ao processo de construção e desenvolvimento da

Vila de Santa Cruz e dos Santos Cosme e Damião²⁹, ou simplesmente da Vila de Igarassu³⁰.

Por conta de seu posicionamento geográfico no Litoral Norte pernambucano e dos bens naturais que poderia oferecer para o plano colonial português, o território correspondente a Igarassu era considerado como virtual candidato a capital da capitania e posterior província pernambucana³¹. Porém, a resistência em defesa da terra demonstrada pelos povos Caetés pesou como fator preponderante na escolha de outro núcleo de povoamento que pudesse ser utilizado como uma base administrativa da capitania. Anos mais tarde, a Vila de Olinda foi escolhida como um lugar seguro o suficiente para a sede de governo de Duarte Coelho, o que tornou Igarassu uma peça coadjuvante nos circuitos econômico e administrativo da Capitania de Pernambuco.

Apesar da visível marginalização espacial da Vila de Igarassu na Capitania de Pernambuco, é perceptível na reprodução de alguns símbolos oficializados da já Cidade de Igarassu, a tentativa de valorização e preservação de uma determinada memória histórica construída, que pode ser visualizada no “Memorial do Livramento”³² e no hino oficial do município³³ expostos a seguir:

²⁹ A Vila, e posterior Cidade de Igarassu, foi assim inicialmente nomeada por estar localizada próxima ao Canal de Santa Cruz, onde os portugueses deram seus primeiros rumo ao estabelecimento colonial. A presença dos nomes dos santos Cosme e Damião se dá, por sua vez, por se tratarem dos santos padroeiros da cidade que abençoaram os portugueses em suas batalhas contra os nativos, principalmente os povos Caeté. Mais informações estão disponíveis aqui: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1445/>; <https://hpij.org/pt/Contents/Place/32>;

³⁰ O nome Igarassu, que também pode ter sua grafia compreendida como Igaraçu, advém do tupi e é produto de duas expressões, onde o ‘Igara’ diz respeito a canoa, enquanto que ‘Assu’ pode ser interpretado como grande, onde a junção dos termos é considerada como uma expressão de espanto dos nativos frente às embarcações dos portugueses. A grafia passou por uma série de mudanças nos séculos seguintes à fundação da Vila, mas hoje se encontra como Igarassu. Mais informações estão disponíveis aqui: BARRETO, Jorge; MELO, Fernando; VIEIRA, Edson. **Igarassu: informações municipais**. 1ªEd. Igarassu: Instituto Histórico e Geográfico de Igarassu, 2013.

³¹ A arquiteta Julia Rocha Pereira explorou em seu trabalho sobre a Rede da Indústria do Açúcar, o desenvolvimento do território igarassuense, pensando as considerações do projeto colonial português e observando a maneira como Igarassu possuía recursos suficientes para o estabelecimento da capital administrativa da capitania e província pernambucanas ainda durante os séculos XVI e XVII. Mais informações estão disponíveis aqui: PEREIRA, Júlia Rocha. **A rede da indústria do açúcar: a construção do território de Igarassu-PE**. Pernambuco: IPHAN.

³² Inaugurado em 2020, o Memorial do Livramento traz consigo diversos elementos que representam e buscam reafirmar as raízes católicas e o aspecto colonial da História de Igarassu. Esses elementos vão desde a presença de estátuas gigantes dos santos padroeiros da cidade, até a presença de uma réplica da Igreja Matriz dos Santos Cosme e Damião inserida em uma grande canoa. Mais informações estão disponíveis aqui:

Imagem 4: Memorial do Livramento, Igarassu, PE.



Fonte: Gustavo Guerra. Diário de Pernambuco

“És o marco da História do Brasil
 Pernambuco nasceu em teu solo
 E o nordeste daqui se expandiu,
 Brava grei se acalenta em teu colo,
 Que a muitos heróis já serviu,
 Relicário de um nobre passado
 Conservado com veneração
 Pelos teus padroeiros amados,
 Os santos queridos: Cosme e Damião.”

Compreender esses símbolos que compõem a narrativa histórica oficial e que permeiam a memória oficial reproduzida pode ser uma atividade que permite associação com os patrimônios históricos e culturais presentes no município, uma vez que os mesmos, em sua maioria, corroboram a narrativa

<http://igarassu.pe.gov.br/igarassu-apresenta-monumento-que-faz-alusao-aos-simbolos-da-historia-da-cidade/>, último acesso 15/04/2022.

³³ COSTA, Pedro de Melo; SANTOS, Agrício Braz dos; VALPASSOS, Carmem. Hino de Igarassu. 1976. IN: IGARASSU. Câmara Municipal de Igarassu. Hino Oficial de Igarassu. **Lei Municipal nº 1.415**. 1976.

oficializada e servem como parâmetro interpretativo sobre aquilo que se deseja patrimonializar e propagar historicamente.

A exaltação ao legado pioneiro da Vila de Igarassu traz consigo lembranças muito atreladas aos sujeitos que constituíram o plano colonial português e suas grandes vitórias, às raízes católicas e as memórias construídas a partir desta narrativa histórica propagada, que por si só não representam toda a história da cidade e dos personagens que a compuseram anonimamente.

A cidade de Igarassu, que de acordo com o último censo oficial realizado pelo IBGE em 2010³⁴ possui sua composição social majoritária de pessoas negras – 71,74% da população, compreendendo pardos e pretos, para além da narrativa histórica oficial documentada e reproduzida por determinada historiografia, é palco de tradições seculares. A exemplo do Maracatu Nação Estrela Brilhante³⁵, fundado em Igarassu ainda no início do século XIX, e que é remetido diretamente aos povos africanos que faziam parte do grupo étnico-linguístico Nagô e que foram trazidos na condição de escravizados para a composição de mão-de-obra nos mais de 40 engenhos de açúcar de Igarassu³⁶ e demais atribuições nos espaços urbanos.

A influência das tradições africanas e afro-brasileiras em solo igarassuense vive através dos terreiros enquanto espaços de fé e ancestralidade, das sambadas de Coco³⁷ enquanto espaços de preservação e divulgação de manifestações culturais e de meios não necessariamente oficiais, tendo na oralidade um forte alicerce de transmissão dos saberes e costumes. A reminiscência dessas práticas no município, junto às memórias coletivas que remontam aos ancestrais que viveram na cidade podem e devem ser exploradas no entendimento da história local.

Tratar sobre a história de Igarassu também diz respeito ao silenciamento de outro grupo extremamente importante para a compreensão do processo

³⁴ Censo 2010 – Igarassu – IBGE. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/igarassu/panorama>, último acesso 10/12/2020.

³⁵ AMORIM, Maria Alice. **Patrimônios Vivos de Pernambuco**. 2. ed. rev. e amp – Recife: FUNDARPE, 2014.

³⁶ BARRETO, Jorge; MELO, Fernando; VIEIRA, Edson. **Igarassu: informações municipais**. 1ªEd. Igarassu: Instituto Histórico e Geográfico de Igarassu, 2013. p. 26.

³⁷ **O Coco de Olga - Na Rota do Coco: Caminhos e Tradições do Coco de Roda em Igarassu**. Disponível: www.youtube.com/watch?v=6UGJGMCsEJ4, último acesso 15/04/2022.

colonial e da formação daquilo que viria a ser a Vila de Igarassu. Os povos Caeté, que habitavam a faixa de terra compreendida hoje entre a Ilha de Itamaracá e parte do Vale do Rio São Francisco³⁸, foram uma das etnias que mais resistiram à invasão europeia, assim como uma das que mais sofreram com o processo de extermínio encabeçado pelos portugueses.³⁹

O processo de expulsão dos Caeté do território de Igarassu e do território pernambucano requisitou dos colonizadores diversos recursos, tempo e alianças com outros grupos étnicos da região⁴⁰.

O resultado desse processo foi um genocídio em massa de grande parte dos nativos e a fuga dos indígenas remanescentes rumo ao interior de Pernambuco. Esses fatos históricos podem ser corroborados com a constatação do Censo de 2010 sobre os habitantes que se declaram oficialmente descendentes de indígenas no município, que gira em torno de 0,08% da população total presente na cidade⁴¹.

Pensar essas outras narrativas não abordadas oficialmente e os sujeitos que compõem seus grupos no presente fornecem a oportunidade de análise da relação passado-presente a partir de problematizações. Visualizar a seletividade na propagação da narrativa histórica oficial, compreender a construção de uma memória fortemente atrelada aos feitos e manifestações culturais dos colonizadores e questionar a ausência das representações culturais dos outros grupos que compuseram a construção da cidade mesmo que anonimamente são elementos que podem ser incluídos no processo de ensino de História do município.

Vale ressaltar, que o trabalho com a História Local de Igarassu pode ser, para além de um exercício praticado no interior do ambiente escolar, uma via de estímulo para o desenvolvimento de atividades autônomas de indagação e investigação de suas próprias trajetórias familiares e individuais por parte dos/das estudantes nos seus espaços comuns.

³⁸ DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L. Sampaio; CARVALHO, Maria Rosário G. de Carvalho. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. IN: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

³⁹ BUENO, E. **Brasil: uma história**. Segunda edição revista. São Paulo. Ática. 2003. p. 18,19.

⁴⁰ BARRETO, Jorge; MELO, Fernando; VIEIRA, Edson. **Igarassu: informações municipais**. 1ªEd. Igarassu: Instituto Histórico e Geográfico de Igarassu, 2013. p. 11.

⁴¹ Censo 2010 – Igarassu – IBGE. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/igarassu/panorama>, último acesso 10/12/2020.

“A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência - escola, casa, comunidade, trabalho, lazer - e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente.” (PAIM; PICOLLI, 2007, p. 114)

A abordagem da História Local em Igarassu, apesar dos atributos positivos apresentados, ainda não possui um trato oficial robusto na composição curricular e nos debates didático-pedagógicos presentes na Rede Municipal de Ensino⁴². Com isso, uma parcela do potencial histórico contido no município deixa de ser apreciado e introduzido aos alunos desde as séries iniciais até a formação desses indivíduos enquanto conscientes de suas ações como cidadãos.

Dessa forma, é importante para a propagação da perspectiva da História Local no Ensino de História contar, não apenas com esforços individuais de professores e professoras de História, mas com toda uma rede de suporte que se inicie na constituição e execução de legislações específicas para o incentivo ao ensino da história de Igarassu, bem como a oferta de materiais de apoio e formação continuada que contemplem a abordagem local para os professores da Rede Municipal de Ensino.

⁴² Apesar de contemplada na primeira edição das bases curriculares para o ensino fundamental em 2021/2022, a perspectiva da História Local e seus princípios ainda se mostram tímidos na organização curricular, seja por parte dos conteúdos, seja por parte das competências atribuídas. A utilização dessa estratégia-didática ainda pode ter mais espaço na Rede Ensino Municipal, dividindo um pouco do foco globalizante com o olhar localizado, explorando espaços próprios da cidade e desenvolvendo dinâmicas mais proveitosas a longo prazo, como aulas de campo exploratórias pelos espaços da cidade. Mais informações estão disponíveis aqui: <https://igarassu.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/1.-Currículo-2021-2022.pdf>, último acesso 15/04/2022.

**CAPÍTULO 3: Sequência Didática Problematizadora: a
construção de um planejamento didático para o ensino da
História Colonial em Igarassu.**

Buscando contemplar plenamente o objetivo principal deste trabalho, faz-se necessário compreender as etapas que envolveram a criação de um planejamento didático para a disciplina escolar de História. Este planejamento é fruto das análises e estudos associados ao Patrimônio Histórico Cultural e à História Local de Igarassu, que já foram previamente abordados nesta pesquisa.

3.1: Concepção de uma Sequência Didática para a disciplina escolar de História no 2º Ano do Ensino Médio

A elaboração de um planejamento de ensino adequado, para além dos conteúdos a serem abordados, envolve aspectos que dizem respeito às finalidades didático-pedagógicas, às características dos temas trabalhados, ao público-alvo e aos materiais de apoio utilizados pelo educador (ROCHA, 2015, p. 87). Neste trabalho objetiva-se a constituição de uma Sequência Didática Problematizadora cuja premissa é apresentada pela historiadora e educadora Helenice Rocha, que elenca a modalidade como:

“uma alternativa de planejamento que leva em conta a especificidade dos conteúdos e de seus objetivos de aprendizagem ao longo de um período delimitado. Ela se encontra entre outras modalidades de organização da aula, tais como atividades de rotina, sequências didáticas e projetos didáticos. A sequência didática se diferencia de projetos e se aproxima, como concepção, das antigas unidades didáticas, pela sua vinculação com determinado conteúdo.” (ROCHA, 2015, p. 91)

Para além de toda a importância do trabalho com um planejamento mais específico, enxuto e permissível em sua construção didática do conhecimento/tema tido como horizonte para aquele período de aulas, a problematização contida no conceito revela a tentativa de criação de elos entre o passado e o presente, bem como a oportunidade de realização de analogias controladas e problematizações de situações históricas.

Ainda com base nos pressupostos de Helenice Rocha, a escolha deste modelo de planejamento de ensino se deu a partir do entendimento das vantagens oferecidas ao processo de ensino-aprendizagem histórico, onde é possível destacar positivamente:

- A manutenção de visibilidade do todo no tratamento do conteúdo, na busca pelo alcance dos objetivos e do desenvolvimento das temáticas;
- O estabelecimento de estratégias didáticas alternadas entre o professor e o aluno no processo de aprendizagem, variando entre os eixos transmissivo e construtivo;
- A fixação da questão orientadora no horizonte do professor e dos estudantes a partir da realização das estratégias didáticas.⁴³

Todos os pontos apresentados anteriormente fortalecem e favorecem o processo de ensino de História seja por meio da focalização mais aproximada de um recorte histórico definido enquanto horizonte do planejamento, seja por meio da alternância de abordagens didáticas em sala de aula e também por conta do caráter sequencial fluido empregado ao planejamento de ensino.

Pensando nas particularidades expostas da Sequência Didática Problematizadora e naquilo que busca ser desenvolvido enquanto alternativa didática para a disciplina escolar de História na Rede Municipal de Ensino em Igarassu, observa-se uma correlação entre a modalidade apresentada e as preocupações relacionadas às abordagens da Educação Patrimonial e da História Local no Ensino Médio. Essa correlação diz respeito ao fato da SDP enquanto alternativa didática também se mostrar favorável na utilização de conteúdos mais específicos e localizados, bem como passível de problematização de conceitos, espaços e narrativas historicamente construídas que estiverem presentes no planejamento.

A exposição e problematização de conceitos, espaços e narrativas históricas só se dará, todavia, a partir da escolha de uma ‘questão orientadora’, que se trata do problema/questão estabelecido como horizonte para aquele planejamento de ensino, e deve guiar o professor e alunos durante cada etapa da SDP, bem como dar sentido para as atividades desenvolvidas para o período estipulado do plano.

Como ponto de partida para a execução desta sequência didática, estabelecemos a seguinte questão orientadora: *“Igarassu é uma cidade colonial? Quem são seus personagens históricos e quais são suas heranças? A quem representam? Quem compõe a história e a memória da cidade?”*, que

⁴³ ROCHA, Helenice. **Aula de História - evento, ideia e escrita**. História & Ensino, Londrina, v. 21, n. 2, jul./dez. 2015. p. 92.

carrega consigo enquanto objetivos principais pensados para o planejamento de ensino:

- Caracterizar as fases iniciais da colonização na América portuguesa a partir da perspectiva local da Vila de Igarassu;
- Identificar os significados compartilhados socialmente em Igarassu de alguns lugares de memória e patrimônios culturais e associar tais sentidos à compreensão da história da cidade pelos alunos através da relação passado-presente;
- Relacionar as trajetórias e percepções individuais dos estudantes sobre seus espaços de vivência na cidade enquanto sujeitos históricos aos lugares de memória e ao conjunto patrimonial de Igarassu e interpretar as confluências desses espaços enquanto elementos constitutivos de suas identidades sociais.

Dados os objetivos principais, esse planejamento tem como uma de suas perspectivas condutoras o estímulo ao pensamento histórico e a consciência histórica dos/das estudantes, ou seja, busca-se aqui fazer com que os alunos apreendam os sentidos das explicações históricas, das evidências e das narrativas, que são processos que compreendem o pensamento histórico⁴⁴. Uma vez conscientes historicamente, resta ao professor, junto às alternativas didáticas selecionadas para o processo de ensino de História, continuar o desenvolvimento da percepção histórica nos alunos e alunas.

Em sequência apresento o cronograma das aulas elaborado para a sequência didática, onde estão presentes os conteúdos e temáticas a serem trabalhados:

Aula	Conteúdos programáticos/Temáticas	Duração
01 / 02	Os povos nativos presentes em Igarassu no início do século XVI;	50 min
02	Igarassu indígena e a Feitoria de Cristóvão Jacques (Sítio dos Marcos): visões sobre os contatos entre os povos nativos e os europeus e a manutenção da descendência caeté na cidade;	50 min
03 / 04	As incursões portuguesas, a resistência caeté e o processo de fundação da Vila de Igarassu;	50 min
04	Povoamento português na capitania de Pernambuco: Igarassu como um dos primeiros núcleos de povoamento europeu do Brasil;	50 min
05 /	A atividade açucareira na Vila de Igarassu: a relevância econômica da vila no período colonial e as reminiscências do passado na cidade do presente;	50 min

⁴⁴ SCHMIDT, M. A. **O historiador e a pesquisa em educação histórica**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 74, p. 35-53, mar./abr. 2019. p. 43.

06	O papel de Igarassu no governo local: considerações sobre a participação da vila do passado e da cidade do presente no interior da administração de Pernambuco;	50 min
07	“Patrimônio Cultural”, “Lugares de memória” e “Identidade Cultural”: entendendo os conceitos; Orientação para a atividade de campo.	50 min
08 / 09	Atividade de campo pelo Sítio Histórico de Igarassu e visita aos patrimônios culturais;	50 min
10	Orientação para construção de síntese sobre a atividade de campo/sequência didática, conversa após visita de campo e finalização da sequência didática.	50 min

A sequência didática e seus conteúdos são referentes a uma perspectiva local dos períodos históricos denominados como *Brasil pré-colonial* e *Colonização da América portuguesa*, previstos no currículo de História do 2º Ano do Ensino Médio em Pernambuco⁴⁵, tendo como espaço privilegiado de análise o município igarassuense.

O planejamento de ensino apresentado tem como horizonte a necessidade de apresentar aos estudantes ferramentas para compreensão e análise das dimensões política, econômica e socio-cultural antes, durante e depois da inserção portuguesa no território que viria a ser o Brasil no sistema colonial, dentro da lógica de exploração tanto espacial quanto humana, levando em consideração o recorte micro da Vila e posterior Cidade de Igarassu.

O desenvolvimento da SDP apresentada aqui se baseia na busca pelo oferecimento de uma alternativa didática que possa contemplar de forma contínua um tema clássico da disciplina escolar de História, ao mesmo tempo em que concede aos alunos uma visualização histórica aproximada de seus espaços de vivência, bem como um processo de ensino-aprendizagem mais instigante e passível de interação.

A escolha do período histórico compreendido como Brasil Colonial a ser trabalhado através da esfera local, assim como os patrimônios históricos apresentados anteriormente neste trabalho se justificam por meio da importância de prover aos estudantes uma visualização crítica a respeito da narrativa histórica transmitida de forma oficial e do sentido empregado na

⁴⁵ PERNAMBUCO. Secretaria de Educação de Pernambuco. **Conteúdos de História por bimestre para o Ensino Médio com base nos Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco**. Recife: SEPE/UNDIME, 2013.

patrimonialização de bens materiais e imateriais.

É importante apontar de igual maneira que o desenvolvimento desta sequência didática busca trabalhar em suas entrelinhas com os estudantes as esferas de identidade e pertencimento, uma vez que privilegiar o trabalho com as vivências e experiências dos indivíduos enquanto sujeitos históricos pode servir de incentivo para a compreensão de pertenças em níveis maiores que o Local (CARVALHO, 2014, p. 70).

Para que seja possível alcançar tais objetivos no planejamento de ensino, entretanto, é importante incluir metodologias, estratégias e procedimentos didáticos que viabilizem o exercício investigativo e a criticidade por parte dos estudantes. Nesta SDP o autor pretende se utilizar das seguintes estratégias:

- motivações iniciais: tempestade de ideias, exercícios de abstração, socialização de materiais produzidos pelos alunos, conversas sobre problemáticas atuais da cidade e seus reflexos do passado;
- aulas expositivo-dialogadas;
- apresentação e análise com os alunos de fontes históricas, suportes didáticos: livro didático, cartas/relatos antigos e mapas;
- apresentação e análise com os alunos de outros recursos: imagens e notícias de jornais/sites/revistas;
- debate de temas a partir de pesquisa prévia dos alunos;
- aula de campo.

As metodologias apresentadas se complementam dos materiais e recursos didáticos imaginados para o desenvolvimento da SDP, que vão desde fontes históricas mais tradicionais, como documentos, mapas, cartas e fotografias, até ferramentas mais diversas e abrangentes, como o discurso e a oralidade, notícias e artigos, produções audiovisuais e os monumentos e manifestações culturais que compõem o conjunto patrimonial da cidade de Igarassu.

Para uma execução bem sucedida do planejamento de ensino apresentado, suas metodologias e recursos, todavia, o professor responsável por sua constituição deve respeitar os princípios fundamentais estabelecidos para esta modalidade. De acordo com Rocha (2015, 93-94), é necessário estar atento principalmente:

- Ao entendimento da complexidade dos conteúdos abordados e a análise global desses pontos para melhor distribuição dos momentos expositivos e construtivos;
- À construção de problematizações que permitam a reflexão sobre as questões e problemas enfrentados pelos cidadãos do passado e suas conexões com o tempo presente;
- Às diferentes linguagens (verbais e não verbais) existentes na sociedade e que podem ser contempladas na sequência didática.

Portanto, o planejamento de ensino proposto neste trabalho buscou se nortear pelos pressupostos apresentados anteriormente, elencando a necessidade constante de discussões, debates e problematizações necessárias para o âmbito escolar e para a formação individual e coletiva dos estudantes. A seguir apresentamos a utilização das abordagens da História Local e da Educação Patrimonial enquanto pontos sensíveis do trabalho de forma mais esmiuçada.

3.2. Planejamento das aulas e discussão dos pontos sensíveis da Sequência Didática

Compreender a concepção de um plano de ensino, para além de outros diversos aspectos técnicos, demanda dos professores a habilidade do “artesanato docente”, que consiste na atenção aos detalhes presentes em cada aula organizada e na sequência lógica construída a partir de um objetivo geral, balanceando a singularidade dos encontros com a rotina pré-estabelecida e as possíveis adaptações necessárias ao longo de todo o planejamento previsto (ROCHA, 2015, p. 85-94.).

Ao tratar de uma sequência didática cuja questão orientadora se remete ao período do Brasil Colonial e que tem por premissa a problematização de memórias construídas e narrativas históricas consolidadas⁴⁶, creio ser necessário pontuar enquanto um dos pontos sensíveis para este planejamento o lugar dos povos nativos no território de Igarassu, tratando de suas dinâmicas sociais e culturais, bem como os processos de cerceamento e extermínio pelos

⁴⁶ Enquanto segundo princípio/pressuposto para a construção de uma sequência didática problematizadora, Helenice Rocha comenta sobre a importância dos professores(as) se utilizarem de problematizações reflexivas sobre as questões enfrentadas pelos homens do passado e suas possíveis relações de causalidade, semelhança ou diferença com as questões enfrentadas no tempo presente. Mais informações estão disponíveis em: ROCHA, Helenice. **Aula de História - evento, ideia e escrita.** História & Ensino, Londrina, v. 21, n. 2, jul./dez. 2015. p. 93.

quais passaram, acarretando num quase apagamento histórico deste grupo na contemporaneidade.

A partir de agora apresentarei e analisarei alguns dos planos da Sequência Didática Problematizadora desenvolvida, tendo em vista os objetivos gerais propostos para o planejamento.

Plano de Aula 1.

Objetivos específicos	Duração
Compreender a nova abordagem didática que será executada nos próximos encontros, bem como os temas presentes na mesma.	10 minutos (estimado)
Conteúdos específicos	
Apresentação da sequência didática a ser seguida nos próximos encontros.	
Estratégias e procedimentos didáticos	
(Motivação inicial) <i>Trocando ideia</i> – conversa com a turma sobre a nova perspectiva a ser trabalhada.	
Recursos didáticos	

Objetivos específicos	Duração
Caracterizar a multiplicidade de expressões étnicas presentes em Pernambuco da chegada dos portugueses, e o entendimento das dinâmicas indígenas no Brasil atual.	20 minutos (estimado)
Conteúdos específicos	
Os povos indígenas em Pernambuco: a diversidade desses povos nos períodos anterior e durante a chegada dos portugueses, e os grupos indígenas presentes atualmente no estado;	
Estratégias e procedimentos didáticos	
(Análise e debate) Visualização coletiva de um trecho do minidocumentário “Povos Indígenas de Pernambuco”. -Como se organizam os indígenas em Pernambuco atualmente? -Quais são as problemáticas enfrentadas por esses povos hoje?	
Recursos didáticos	
Trecho de minidocumentário.[11 minutos]	

Objetivos específicos	Duração
Identificar os grupos nativos presentes no atual território de Igarassu e suas atividades coletivas de subsistência enquanto grupos organizados social e administrativamente.	20
Conteúdos específicos	
A presença indígena em Igarassu, ontem e hoje; Os povos Caeté/Kaeté e suas dinâmicas sociais, culturais e econômicas nos séculos XV e XVI.	
Estratégias e procedimentos didáticos	

(Exposição dialogada orientada pelas seguintes questões) -Quem eram os povos que habitavam o território posteriormente conhecido por Igarassu? -Como eram as organizações sociais e econômicas desses povos? -Existiam alianças e atritos com outros grupos nativos? -Como esses grupos estavam geograficamente distribuídos? [Uso dos anexos 1 a 3 para análise e estímulo da percepção do contraste na presença indígena em Pernambuco e suas localizações espaciais nos períodos observados]	minutos (estimado)
Recursos didáticos	
Apresentação de slides - Imagens e Mapas.	

Abordar a temática indígena na fase inicial da sequência didática, para além de efetivar o cumprimento da lei 11.645/2008⁴⁷, serve como ponto de partida para estimular os/as estudantes a compreenderem a presença dos povos nativos no território brasileiro e igarassuense, assim como a heterogeneidade desses grupos em diversos aspectos, que são apontados pelo pesquisador indígena Gersem Baniwa⁴⁸:

“[...] quando falamos de diversidade cultural indígena, estamos falando de diversidade de civilizações autônomas e de culturas; de sistemas políticos, jurídicos, econômicos, enfim, de organizações sociais, econômicas e políticas construídas ao longo de milhares de anos, do mesmo modo que outras civilizações dos demais continentes europeu, asiático, africano e a Oceania. Não se trata, portanto, de civilizações ou culturas superiores ou inferiores, mas de civilizações e culturas equivalentes, mas diferentes.” (BANIWA, 2006, p.49).

Esses aspectos abordados também foram aproveitados em outro momento da segunda aula do planejamento elaborado, associando agora ao exercício de investigação histórica que será conduzido pelos alunos em seus próprios núcleos familiares e lugares de vivência.

Plano de Aula 2.

Objetivos específicos	Duração
Analisar as pretensões dos europeus no território da Vila de Igarassu e da capitania de Pernambuco e suas observações a respeito dos nativos locais, assim como as respectivas reações indígenas frente a invasão de seus territórios.	

⁴⁷ A lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 realiza a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm, último acesso 21/12/2020.

⁴⁸ Gersem Baniwa, pertencente ao povo Baniwa, é Mestre e Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília. O pesquisador publicou o livro **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**, onde dissertou sobre as sociodiversidades dos povos indígenas.

Conteúdos específicos	20 minutos (estimado)
A presença europeia na Vila de Igarassu e suas percepções a respeito dos nativos caeté no século XVI.	
Estratégias e procedimentos didáticos	
(Motivação inicial) Problematizando narrativas – Leitura coletiva de trechos do relato de Hans Staden a respeito dos caeté e suas impressões sobre os nativos. -De que maneira Staden retrata os grupos nativos em seu relato? Por que os retrata assim? -Quais são as condições para sua vinda à Vila de Igarassu? -Como se portam os indígenas frente às investidas europeias? -Quais características sobre a organização social dos Caeté o relato demonstra? -Quais eram os quantitativos dos dois grupos analisados e como cada um deles se saíram no episódio relatado? [Anexos 4 a 8]	
Recursos didáticos	
Capítulos 3 e 4 do livro Duas Viagens ao Brasil de Hans Staden.	

Objetivos específicos	Duração
Caracterizar as necessidades portuguesas que levaram a demarcação de suas posses territoriais a partir do sistema de feitorias no litoral igarassuense.	15 minutos (estimado)
Conteúdos específicos	
Os primeiros passos para o estabelecimento português na costa brasileira e a fixação da Feitoria de Cristóvão Jacques (Sítio dos Marcos) no território dos Caeté em 1516.	
Estratégias e procedimentos didáticos	
(Exposição dialogada) -Por que foi estabelecida uma feitoria na faixa litorânea de Igarassu? -Quais foram as motivações para a escolha de Igarassu como marco português? -Por que essa região posteriormente foi renomeada como Sítio dos Marcos/Reduto dos Marcos? -Quais são as conexões dessa região com a história da nossa cidade? [Anexos 9 e 10]	
Recursos didáticos	
Apresentação em slides; Quadro branco.	

Objetivos específicos	Duração
Refletir sobre os processos de cerceamento e extermínio pelos quais passaram os grupos nativos e seus efeitos na manutenção de outras gerações dos povos caeté em Igarassu.	
Conteúdos específicos	
A presença indígena em Igarassu e a sobrevivência dessas raízes na sociedade igarassuense contemporânea.	
Estratégias e procedimentos didáticos	

<p>(Atividade de investigação histórica) Orientação de atividade para casa. “Indígenas em Igarassu: onde eles estão?” Os estudantes deverão investigar a presença de traços e raízes indígenas em Igarassu a partir de seus próprios locais de vivência. A atividade consiste na realização de entrevistas com pelo menos três pessoas (familiares ou vizinhos) em busca de informações sobre a presença indígena nos seus bairros. [Questões orientadoras] -Há algum indígena na sua família? -Há alguma linhagem indígena em sua árvore familiar? -Você já conheceu algum indígena ou descendente de indígena? -Há algum indígena nas proximidades?</p>	15 minutos (estimado)
Recursos didáticos	
Apresentação em slides; Quadro branco; Piloto.	

Debater a história local perpassa, entre outros aspectos, pela oralidade, pelo cotidiano e pela memória popular, sendo elementos que devem ter seus potenciais explorados no interior de um processo de ensino-aprendizagem histórico (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p. 37). Ao pensar nessas atividades, há também uma valorização das narrativas históricas que não vão parar nos livros didáticos e nos demais materiais de apoio dos professores de História, integrando de outra maneira um conhecimento nascido e criado entre o povo.

Em seguida, em uma etapa mais avançada da sequência didática elaborada, reservo um momento para a discussão conceitual atrelada aos termos *Patrimônio Cultural*, *Lugar de Memória* e *“Identidade Cultural”*, onde se busca integrar o entendimento dessas noções ao processo de construção identitária dos estudantes.

Plano de Aula 7.

Objetivos específicos	Duração
Analisar as concepções relacionadas aos debates patrimoniais e de preservação dos vestígios históricos da cidade de Igarassu.	
Conteúdos específicos	
Discussão sobre os conceitos de “patrimônio cultural”, “lugar de memória” e “identidade cultural”.	
Estratégias e procedimentos didáticos	

(Motivação inicial) -O que seria um patrimônio pra vocês? -Quais são os seus lugares de memória? -O que significa o título de patrimônio cultural? -De que maneira esses patrimônios são escolhidos? -A quem serve e a quem representam esses lugares? -Você conhece os patrimônios de Igarassu? Quais? -Você se sente conectado aos patrimônios culturais da cidade? Por que? -Você se identifica com os espaços históricos da cidade? Por que? -Esses espaços se associam a sua realidade? Por que? -De que maneira você designaria um novo patrimônio na cidade?	20 minutos (estimado)
Recursos didáticos	
Quadro branco; Piloto.	

Objetivos específicos	Duração
Averiguar os patrimônios históricos de Igarassu a partir de uma visualização minuciosa e mais atenta aos detalhes que remontam aos períodos históricos a quem são pertencentes.	15 minutos (estimado)
Conteúdos específicos	
Investigação de vestígios históricos associados ao período colonial de Igarassu a partir dos patrimônios já trabalhados em sala.	
Estratégias e procedimentos didáticos	
Divisão da turma em 4 grandes grupos e explicação de atividade de investigação a ser realizada durante a atividade de campo.	
Recursos didáticos	
Quadro branco; Piloto.	

Objetivos específicos	Duração
Investigar e explorar os diferentes espaços de Igarassu a partir dos referenciais históricos trabalhados na sequência didática.	15 minutos (estimado)
Conteúdos específicos	
Exploração de novas perspectivas e detalhes associados à Vila de Igarassu e ao período colonial na esfera local.	
Estratégias e procedimentos didáticos	
Orientação para atividade de campo e explicação do roteiro a ser seguido.	
Recursos didáticos	
Fichas do roteiro da atividade de campo.	

O intuito por trás deste momento do processo de ensino-aprendizagem é discutir juntamente com os alunos o trato de um patrimônio histórico e cultural, seus significados para o indivíduo e para o coletivo popular e a representatividade contida nesses espaços e manifestações culturais abrangidas pelos órgãos que delimitam sua existência e preservação.

Os três patrimônios históricos selecionados para apresentação neste trabalho são visados aqui enquanto meios de incentivo para compreensão e questionamento dos significados atribuídos a esses espaços, dos seus usos e

de suas possíveis conexões com a formação de uma identidade cultural comum à sociedade igarassuense.

Ao problematizar as funções de um patrimônio, suas atribuições e sentidos, pode-se incentivar a constituição da consciência histórica nos estudantes, os remetendo as suas ações enquanto cidadãos e sujeitos históricos ativos na construção de novas memórias coletivas e novas narrativas históricas em seus lugares de vivência. Como elenca o historiador Giovanni Biazzetto:

“Possibilitar que diferentes atores sociais, como por exemplo, os educandos que participam das ações de Educação Patrimonial, possam interferir com suas “múltiplas memórias” na compreensão da história de uma cidade, de uma comunidade, de um grupo social, seus significados, seus atores etc. é proporcionar o exercício da cidadania.” (BIAZZETTO, 2013, p. 542)

A partir do trabalho prévio com as noções que estão diretamente envolvidas com a abordagem da Educação Patrimonial e com alguns patrimônios históricos materiais presentes no município de Igarassu, o próximo passo do planejamento de ensino visa oferecer aos estudantes a oportunidade de observar, analisar e questionar espaços já consolidados na memória da cidade.

Planos de Aula 8 e 9 - Aulas de Campo.

Objetivo geral	Duração
Ao final da aula, espera-se que o aluno seja capaz de analisar e compreender a importância dos patrimônios históricos para a preservação e manutenção de uma identidade histórica atrelada a um dos núcleos de povoamento mais antigos da História do Brasil. Assim como explorar os patrimônios histórico e culturais materiais, compreendendo valores atribuídos.	
Pontos para observação e composição do relatório – Atividade de campo	

<p>-Você já havia visitado esse espaço anteriormente?</p> <p>-O que esses espaços representam para você?</p> <p>-Qual é a primeira coisa que vem a mente de vocês ao chegarem nesses espaços? Por que?</p> <p>-Você se identifica com esse espaço? Por que?</p> <p>-Quais construções chamam mais a atenção e por que?</p> <p>-Quais são as construções mais antigas? Têm características comuns (estilo, materiais, tamanho etc.)? A que período histórico você associa essa construção?</p> <p>-Identificar edifícios modernos com decoração reproduzindo estilos mais antigos, janelas, portas, telhados, grades, postes e luminárias, letreiros etc.</p> <p>-Procurar mudanças feitas nos edifícios que não combinem com eles, como janelas e portas substituídas, acréscimos de pavimentos ou telhados novos. Estas observações podem levar à discussão dos motivos que levaram as pessoas a fazerem estas modificações?</p> <p>-Observar detalhes nas construções que ofereçam indicações sobre os seus moradores/usuários. São ricos ou pobres? Jovens ou velhos?</p> <p>-Que tipo de interesses têm? O que o nome dos escritórios ou lojas pode revelar? E as denominações das ruas?</p> <p>-Observar os materiais de construção: são locais ou vêm de fora? Naturais ou artificiais? Os materiais usados nas casas mais antigas são os mesmos das construções mais recentes?</p> <p>-Exercitar a percepção sensorial através da identificação de sons, cheiros, texturas, sensações em relação aos edifícios, às ruas e aos espaços públicos (praças, largos etc.).</p> <p>-A caminhada pode contemplar também a produção, por parte dos alunos, de uma série de fotografias para serem posteriormente catalogadas, analisadas.</p>	<p>100 minutos (estimado)</p>
--	-------------------------------

Plano de Aula 10 - Finalização da SDP.

Objetivos específicos	Duração
Compreender o sentido e as conexões presentes entre o período colonial de Igarassu e os espaços considerados patrimônios culturais históricos presentes na cidade.	30 minutos (estimado)
Conteúdos específicos	
Associação entre a temática do período colonial de Igarassu e as impressões obtidas após visitação de alguns patrimônios históricos.	
Estratégias e procedimentos didáticos	
<p>Recebimento dos relatórios de observação individuais e coletivos; (Debate)</p> <p>Visando a socialização de impressões e comentários dos alunos, um debate será realizado seguindo algumas questões norteadoras:</p> <p>-A que compreensão do passado colonial e da cidade os patrimônios visitados remetem?</p> <p>-Os patrimônios podem ser compreendidos como componentes de um passado colonial?</p> <p>-Os patrimônios se mostram próximos ou distantes das realidades dos espaços de vivência individuais? Por quê?</p> <p>-Cite um espaço que, em sua opinião, deveria ser patrimonializado.</p>	
Recursos didáticos	
Relatórios produzidos pelos alunos.	

Objetivos específicos	Duração
-----------------------	---------

Refletir sobre a importância das discussões relacionadas ao recorte local em seu processo de formação individual.	20 minutos (estimado)
Conteúdos específicos	
A história local enquanto atrativo para a aprendizagem histórica e formação de uma identidade social atrelada ao local de vivência.	
Estratégias e procedimentos didáticos	
Fala sobre a importância dos alunos enquanto sujeitos históricos mantenedores da história local e finalização da sequência didática.	
Recursos didáticos	

Ao propiciar o contato com o patrimônio histórico de maneira física e proximal, tem-se como objetivo fornecer aos alunos e alunas experiências significativas no processo didático-pedagógico, os posicionando na linha de frente da construção do conhecimento histórico que envolve os processos culturais pelos quais passaram o conjunto patrimonial apresentado (FRAGA, 2010, p. 221).

O planejamento apresentado também tem por premissa a valorização dos sentidos individuais atrelados aos patrimônios pelos estudantes, uma vez que se mostra fundamental compartilhar os pontos de vista, entendendo as reais impressões dos alunos e permitindo aos mesmos um exercício abstrato enquanto responsáveis pela política de patrimonialização de espaços e manifestações culturais.

“A Educação Patrimonial no ensino de História viabiliza a formação de indivíduos capazes de conhecer a sua própria história cultural. Ao trabalharmos questões referentes ao patrimônio no ambiente escolar, estamos oferecendo subsídios para a construção do conhecimento e da valorização e preservação desses bens culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos. Ações educativas nesse sentido são importantes na medida em que os indivíduos precisam, para se reconhecerem e se diferenciarem de outros, de um “espelho” onde seja possível ver a própria vida, a própria cultura, a própria história e as próprias práticas e, com isso, construir a sua memória afetiva e sua identidade cultural.” (TEIXEIRA, 2008, p. 206)

É evidente, todavia, que por si só a execução de uma sequência didática não transforme completamente a percepção dos/das estudantes sobre a História Local e o Conjunto Patrimonial presentes em Igarassu, pois tão pouco isto é admitido enquanto objetivo geral neste trabalho. O horizonte buscado é, desta forma, suscitar os debates ainda não realizados, problematizando aquilo que já figura como uma memória construída há bastante tempo e fazendo com

os alunos pensem através de outra(as) perspectiva(s) ainda não tão bem exploradas.

Portanto, enquanto condutores de um processo de ensino que se propõe ter seu protagonismo compartilhado, faz-se necessário guiar os alunos e alunas rumo a constituição de suas identidades sociais atreladas ao espectro local, tendo como alicerce consolidado a noção de pertença. A partir da garantia desses elementos, se terá um campo fértil para o desenvolvimento das preocupações de preservação e valorização dos espaços, das manifestações culturais e da história presente em Igarassu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou as possibilidades da utilização do Patrimônio Histórico Cultural e da História Local de Igarassu na disciplina escolar de História. As breves experiências do autor, no período em que cursou a disciplina Estágio Supervisionado em História III e se inseriu em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Igarassu, serviram como forte estímulo para ampliação das observações e reflexões sobre a prática didático-pedagógica realizada em Igarassu, transformando essas inquietações em um trabalho de conclusão de curso.

A partir da experiência como estagiário-docente na Rede Municipal de Ensino de Igarassu em 2019, continuei a pensar formas de associação entre o conjunto patrimonial presente na cidade de Igarassu, a história local oficial e não oficial detida no município e a prática do Ensino de História neste ambiente.

O propósito deste trabalho foi refletir, analisar e explorar os potenciais didático-pedagógicos contidos no conjunto patrimonial e na história local igarassuenses, construindo um planejamento de ensino que possa aproximar os estudantes/cidadãos, a partir do processo de ensino-aprendizagem histórico, dos elementos históricos que compõem a cidade. O processo pretendido figura como uma tentativa de revalorização dos patrimônios históricos e culturais, carregando em seu interior a promoção de outras narrativas e de outras histórias para além da oficial.

A reflexão a respeito das possibilidades de utilização das abordagens da Educação Patrimonial e da História Local em um planejamento de ensino enquanto referências teórico-metodológicas no processo ensino-aprendizagem pode se constituir como nova referência para o Ensino de História na Rede Municipal de Ensino de Igarassu e de outras cidades. A popularização dessas perspectivas pode ser muito benéfica para a constituição de um processo de ensino-aprendizagem mais próximo dos/das estudantes, dialogando com suas vivências, ações e narrativas.

Os estudantes, por sua vez, também terão a oportunidade de conhecer, explorar e analisar os patrimônios históricos a eles apresentados e por eles visitados, como consta nas etapas do planejamento de ensino, estreitando

seus laços com os espaços patrimonializados, contemplando os vestígios do passado e questionando essas fontes históricas.

Ao tratar das possibilidades envolvidas na utilização dessas perspectivas, observa-se uma vastidão de alternativas que podem e devem ser adotadas com mais frequência no Ensino de História. A História Local permite aos professores contemplar temas de calibre nacional a partir de um escopo que focaliza o debate, mas não exclui as ações e transformações de uma sociedade em seus mais diversos segmentos, permitindo uma conexão lógica entre o passado e o presente.

Desta forma, destaca-se que o potencial didático-pedagógico contido neste trabalho, atrelado às pesquisas históricas realizadas fortalecem a busca pela oferta de um ensino de qualidade à educação básica de Igarassu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste**. Brasília: Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PERNAMBUCO. Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco. Elevação a categoria de cidade. **Lei Estadual nº 130**. 1895.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação de Pernambuco. **Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco**. Recife: SEPE/UNDIME, 2013.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação de Pernambuco. **Conteúdos de História por bimestre para o Ensino Médio com base nos Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco**. Recife: SEPE/UNDIME, 2013.

FUNDARPE. **Educação patrimonial para o Sertão Central**. 2ª Ed. Recife: FUNDARPE, 2010.

FUNDARPE. **Patrimônios de Pernambuco: materiais e imateriais**. 3ª Ed. Revista Ampliada. Recife: FUNDARPE, 2014.

ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Nacional. IN: ABREU, Martha; GONGIJO, Rebeca & SOIHET, Rachel. **Culturas políticas e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Civilização Brasileira, 2007.

ABUD, Kátia Maria. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

AMORIM, Maria Alice. **Patrimônios Vivos de Pernambuco**. 2. ed. rev. e amp – Recife: FUNDARPE, 2014.

ASSUMPÇÃO, Luis Filipe B.; CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Considerações sobre o Ensino de História e Patrimônio Cultural: o caso dos PCNEM e BNCC. IN: BUENO, A.; CAMPOS, C. E. C.; PORTO, D. (Org.). **Ensino de História: Teorias e Metodologias**. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2020, p.25-33.

BANIWA, Gersem. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BARBOSA, Agnaldo Souza. A proposta de um estatuto para a História local e Regional. Algumas Reflexões. IN: **História e perspectiva**, Uberlândia, janeiro/dez, 1999.

BARRETO, Jorge; MELO, Fernando; VIEIRA, Edson. **Igarassu: informações municipais**. 1ªEd. Igarassu: Instituto Histórico e Geográfico de Igarassu, 2013.

BEZERRA, Almir do Carmo. **Da olaria para a fábrica. Cerâmica e produção açucareira no Engenho Monjope, Igarassu, Pernambuco**. Recife: UFPE, 2009.

BIAZZETTO, Giovanni. **Educação patrimonial, patrimônio e memória - conceitos construtores de cidadania e identidade**. Revista Latino-Americana de História, PPGH-UNISINOS vol. 2, nº. 6, ago. 2013 – Edição Especial.

BITTENCOURT, Circe Maria (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BUENO, E. **Brasil: uma história**. Segunda edição revista. São Paulo. Ática. 2003.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista, 1991.

CAIMI, Flávia Eloísa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? IN: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **A História local e regional - dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais**. Cadernos de História da Educação – n. 6 – jan./dez. 2007.

CARVALHO, Leonor. **De Tempos a Tempos: percursos pelo patrimônio no ensino da história**. MOUSEION, Canoas, n. 19, dez., 2014, p. 67-81.

CONSTANTINO, Núncio Santoro. **O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local**. São Leopoldo, Revista Unisinos nº 10, 2004.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L. Sampaio; CARVALHO, Maria Rosário G. de Carvalho. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. IN: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DONNER, Sandra Maria. **História Local - discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil**. XI Encontro Estadual de História: ANPUHRS, 2012.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um Lugar na Escola para a História Local**. Recife: ANPUH (texto mimeografado), 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. 3. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas: Papirus, 2003.

FRAGA, Hilda Jaqueline. **A cidade como documento no ensino de história**. IN: POSSAMAI, Zita Rosane. *Leituras da Cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 221–235.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu & PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33

GOUBERT, Pierre. “**História Local**” in **História & Perspectivas**, Uberlândia, 6-45-47, jan./jun. 1992.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasil: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

ITAQUI, José. **Educação patrimonial: a experiência da 4ª Colônia**. Santa Maria: Pallot, 1998.

JUNIOR, Acioli Gonçalves da Silva. **Educação patrimonial, História Local e Ensino de História: uma ferramenta para o trabalho docente**. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 2016.

KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LUCENA, Célia Toledo. **Memória, Escola e Localidade**. São Paulo. PUC. Dissertação de Mestrado. 1994.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro; MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. **Educação patrimonial e ensino de história: registro, vivências e proposições**. IN: BARROSO, Véra Lucia Maciel. et al. Porto Alegre, EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.

MATTOSO, José. **A escrita da História – teoria e métodos**. Lisboa, editorial Estampa, 1988

NORA, Pierre. **Entre memória e História – a problemática dos lugares**. In: Projeto História, USP, nº10, dezembro 1993.

ORIÁ, Ricardo; PEREIRA, Júnia Sales. **Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio**. Resgate. vol. XX, nº 23 - jan./jun. 2012.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O ensino de história com base na Educação Patrimonial e no Estudo do Meio**. Cadernos do CEOM (Unochapecó), v. 31, p. 145-155, 2009.

PEREIRA, Júlia Rocha. **A rede da indústria do açúcar: a construção do território de Igarassu-PE**. Pernambuco: IPHAN.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: Ed.Unicamp, 2007.

ROCHA, Helenice. **Aula de História - evento, ideia e escrita**. História & Ensino, Londrina, v. 21, n. 2, p. 83-103, jul./dez. 2015.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. História e Memória Local: desafios e perspectivas. IN: **Boletim do Centro de Documentação e Pesquisa em História**, Uberlândia-MG: UFU, vol. 16, 1996.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. IN: **Revista Brasileira de História**. Pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990.

SANTOS, Diego Gomes dos; PACHECO, Ricardo Aguiar. **Os 40 Anos da Fundarpe na política cultural do patrimônio pernambucano (1973- 2013)**. Mneme – Revista de Humanidades. Caicó, v. 16, n. 36, p. 183-200, jan./jul. 2015.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos. **Patrimônio histórico e cultural: leitura crítica dos conceitos e suas implicações na prática escolar**. Ponta Grossa, 2008. Dissertação de Mestrado.

SCHMIDT, M. A. **O historiador e a pesquisa em educação histórica**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 74, p. 35-53, mar./abr. 2019.

SILVA, Edson. **O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008**. Revista História Hoje, v.1, nº 2. ANPUH, 2012. p. 213-223.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. **A educação patrimonial no ensino de história**. Biblos, Rio Grande, 22 (1): 2008. p. 199-211.

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Disciplina: TCC.
Professor: Arnaldo Martin Szlachta Junior.
Licenciando: Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho.

Sequência Didática Problematizadora - TCC

Escola: EREM João Pessoa Guerra.

Ano: 2º Ano

Aulas previstas para a sequência: 10 aulas de 50 minutos

Tema: Da Vila até a Cidade: Igarassu entre as raízes da terra, o desenvolvimento do projeto colonial português e a memória popular.

Questão orientadora/problemas da sequência: Igarassu é uma cidade colonial? Quem são seus personagens históricos e quais são suas heranças? A quem representam? Quem compõe a história e a memória da cidade?

Conteúdos previstos: Os povos indígenas presentes em Igarassu no início do século XVI; Igarassu indígena e a Feitoria de Cristóvão Jacques (Sítio dos Marcos); As incursões portuguesas, a resistência indígena e o processo de fundação da Vila de Igarassu; Povoamento português na capitania de Pernambuco; A atividade açucareira na Vila de Igarassu e o papel de Igarassu no governo local.

Justificativa: Os conteúdos previstos são referentes à uma perspectiva local dos períodos históricos denominados *Brasil pré-colonial* e *Colonização da América portuguesa*, previstos no currículo de História do 2º Ano do Ensino Médio, tendo como espaço privilegiado de análise a atual cidade de Igarassu. A relevância de trabalhar esses assuntos reside na importância de apresentar aos estudantes ferramentas para compreensão e análise das dimensões política, econômica e socio-cultural antes, durante e depois da inserção portuguesa no território que viria a ser o Brasil no sistema colonial, dentro da lógica de exploração tanto espacial quanto humana, levando em consideração o recorte localizado da Vila de Igarassu. Nesse sentido, faz-se necessário também suscitar discussões acerca dos impactos na vida dos povos indígenas nativos e dos negros trazidos da África na condição de escravizados. Assim, a motivação reside principalmente em oferecer ferramentas para que os(as) estudantes não olhem essas temáticas somente pela ótica do passado, mas também percebam as permanências e os impactos que esse período da história do nosso país apresenta na nossa atualidade e de que forma isso se associa às relações socio-culturais, administrativas e econômicas de Igarassu do presente, conectando suas narrativas individuais à criação de uma consciência histórica e fomentando um processo de pertencimento e identificação com a história da cidade.

Objetivos gerais:

- ❖ Caracterizar as fases iniciais da colonização na América portuguesa a partir da perspectiva local da Vila de Igarassu;

- ❖ Identificar os significados compartilhados socialmente em Igarassu de alguns patrimônios culturais e associar tais sentidos à compreensão da história da cidade pelos alunos através da relação passado-presente;
- ❖ Relacionar as trajetórias e percepções individuais dos estudantes sobre seus espaços de vivência na cidade enquanto sujeitos históricos ao conjunto patrimonial de Igarassu e interpretar as confluências desses espaços enquanto elementos constitutivos de suas identidades sociais.

Metodologias/estratégias/procedimentos didáticos a serem adotados:

- ❖ motivação inicial: tempestade de ideias, exercícios de abstração, socialização de materiais produzidos pelos alunos, conversas sobre problemáticas atuais da cidade e seus reflexos do passado;
- ❖ aulas expositivo-dialogadas;
- ❖ apresentação e análise com os alunos de fontes históricas, suportes didáticos: livro didático, cartas/relatos antigos e mapas;
- ❖ apresentação e análise com os alunos de outros recursos: imagens e notícias de jornais/sites/revistas;
- ❖ debate de temas a partir de pesquisa prévia dos alunos;
- ❖ aula de campo.

Materiais e recursos didáticos:

- ❖ quadro;
- ❖ datashow: exibição de vídeos, mapas, imagens e slides;
- ❖ livro didático;
- ❖ pilotos;
- ❖ carta;
- ❖ matérias de jornal/sites/revistas atuais.

Avaliações/atividades previstas:

- ❖ atividade de análise de fontes históricas;
- ❖ atividade de investigação histórica;
- ❖ debates;
- ❖ relatórios de observação de visita de campo.

Cronograma da sequência didática:

Aula	Conteúdos
01	Os povos nativos presentes em Igarassu no início do século XVI;
02	Igarassu indígena e a Feitoria de Cristóvão Jacques (Sítio dos Marcos): visões sobre os contatos entre os povos nativos e os europeus e a manutenção da descendência caeté na cidade;
03	As incursões portuguesas, a resistência caeté e o processo de fundação da Vila de Igarassu;
04	Povoamento português na capitania de Pernambuco: Igarassu como um dos primeiros núcleos de povoamento europeu do Brasil;

05	A atividade açucareira na Vila de Igarassu: a relevância econômica da vila no período colonial e as reminiscências do passado na cidade do presente;
06	O papel de Igarassu no governo local: considerações sobre a participação da vila do passado e da cidade do presente no interior da administração de Pernambuco;
07	“Patrimônio Cultural”, “Lugares de memória”: entendendo os conceitos; Orientação para a atividade de campo.
08	Atividade de campo pelo Sítio Histórico de Igarassu e visita aos patrimônios culturais previamente abordados;
09	
10	Orientação para construção de síntese sobre a atividade de campo/sequência didática, conversa após visita de campo e finalização da sequência didática.

Referências bibliográficas:

- ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de; MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Cartas de Duarte Coelho a el Rei** - reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada. 2ª Ed. Recife: Editora Massangana, FUNDAJ, 1997.
- ANDRÉ, Marli Eliza D.A. de. **Etnografia da Prática Escolar**. São Paulo: Papyrus, 1995. caps. 3 e 5.
- BARRETO, Jorge; MELO, Fernando; VIEIRA, Edvan. **Igarassu: Informações Municipais**. 1ª Ed. Pernambuco: Charambarte Serviços Gráficos, 2013.
- BENTO, Luiz Carlos. O Saber Histórico e o Ensino de História: uma reflexão sobre as possibilidades do ensino escolar da História. IN: **Fatos e Versões Revista de História**. v.5 v.10. Mato Grosso do Sul: Editora UFMS, 2013.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BITTENCOURT, Circe. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- BRITES, Olga; PEREIRA, Mirna Busse. **Oficina de História - ensino, memória e patrimônio histórico**. Projeto História nº40, 2010.
- CAIMI, Flávia Heloísa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? IN: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.
- DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L. Sampaio; CARVALHO, Maria Rosário G. de Carvalho. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. IN: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreira; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da Educação Patrimonial**. Deprom, IPHAN, Ministério da Cultura.
- HONORATO, Manoel da Costa. Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco. SEC/PE. 1976. p. 54;
- MELO, Taciana Santiago de. **Registros coloniais inscritos nos mapas da antiga Vila de Igarassu, Pernambuco**. Paraty: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011.
- NEVES, Ana Maria Bergamin. **Interações: raízes históricas brasileiras**. São Paulo: Blucher, 2012.
- ORIÁ, Ricardo; PEREIRA, Júnia Sales. **Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio**. Resgate. Vol. XX, Nº 23. Jan./Jun. 2012. p. 161-171.
- PEREIRA, Júlia Rocha. **A rede da indústria do açúcar: a construção do território de Igarassu-PE**. Pernambuco: IPHAN.
- ROCHA, Helenice. **Aula de História - evento, ideia e escrita**. História & Ensino, Londrina, v. 21, n. 2, p. 83-103, jul./dez. 2015.
- SILVA, Edson. **O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008**. Revista História Hoje, v.1, nº 2. ANPUH, 2012. p. 213-223.
- VAINFAS, R., FARIA, S. C., FERREIRA, J. & SANTOS, G. **História 2, Ensino Médio**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva.

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Disciplina: TCC.
Prof.: Arnaldo Martin Szlachta Junior.
Licenciando: Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho.

Plano de aula: 1

Licenciando: Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho

Turma: 2º Ano do Ensino Médio

Aula 1 – 1 tempo (50 minutos)

Tema: Os povos nativos presentes em Igarassu no início do século XVI.

Objetivo geral: Ao final da aula, espera-se que o aluno seja capaz de identificar os assuntos que virão a ser trabalhados na sequência didática das aulas seguintes. Também espera-se que o aluno seja capaz de compreender e analisar as atividades cultural, política e econômica dos povos indígenas em Igarassu no início do século XVI, assim como a heterogeneidade dos grupos nativos presentes na construção de um Brasil não “descoberto”.

Objetivos específicos	Conteúdos específicos	Estratégias/ Procedimentos didáticos	Recursos didáticos	Duração
	Apresentação da sequência didática a ser seguida nos próximos encontros.	(Motivação inicial) <i>Trocando ideia</i> – conversa com a turma sobre a nova perspectiva a ser trabalhada.		10 minutos
Caracterizar a multiplicidade de expressões étnicas presentes em Pernambuco da chegada dos portugueses, e o entendimento das dinâmicas indígenas no Brasil atual.	Os povos indígenas em Pernambuco: a diversidade desses povos nos períodos anterior e durante a chegada dos portugueses, e os grupos indígenas presentes atualmente no estado;	(Análise e debate) Visualização coletiva de um trecho do minidocumentário “Povos Indígenas de Pernambuco”. -Como se organizam os indígenas em Pernambuco atualmente? -Quais são as problemáticas enfrentadas por esses povos hoje?	Trecho de minidocumentário. [11 minutos]	20 minutos

<p>Identificar os grupos nativos presentes no atual território de Igarassu e suas atividades coletivas de subsistência enquanto grupos organizados social e administrativamente.</p>	<p>A Igarassu indígena, ontem e hoje. Os povos Caeté/Kaeté e suas dinâmicas sociais, culturais e econômicas no início do século XVI.</p>	<p>(Exposição dialogada) -Quem eram os povos que habitavam o território posteriormente conhecido por Igarassu? -Como eram as organizações sociais e econômicas desses povos? -Existiam alianças e atritos com outros grupos nativos? -Como esses grupos estavam geograficamente distribuídos? [Uso dos anexos 1 a 3 para análise e estímulo da percepção do contraste na presença indígena em Pernambuco e suas localizações espaciais nos períodos observados]</p>	<p>Apresentação de slides - Imagens e Mapas.</p>	<p>20 minutos</p>
--	--	--	--	-------------------

Plano de aula: 2**Licenciando:** Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho**Turma:** 2º Ano do Ensino Médio**Aula 2** – 1 tempo (50 minutos)**Tema:** Igarassu indígena e a Feitoria de Cristóvão Jacques (Sítio dos Marcos): visões sobre os contatos entre os povos nativos e os europeus e a manutenção da descendência caeté na cidade.**Objetivo geral:** Ao final da aula, espera-se que o aluno seja capaz de compreender as dinâmicas iniciais existentes entre os povos nativos e os europeus no território de Igarassu. Espera-se também que o aluno seja capaz de caracterizar as problemáticas sociais enfrentadas pelos caeté na tentativa de permanência em seus locais de vivência a partir dos primeiros contatos com os povos estrangeiros.

Objetivos específicos	Conteúdos específicos	Estratégias/ Procedimentos didáticos	Recursos didáticos	Duração
Analisar as pretensões dos europeus no território da Vila de Igarassu e da capitania de Pernambuco e suas observações a respeito dos nativos locais, assim como as respectivas reações indígenas frente a invasão de seus territórios.	A presença europeia na Vila de Igarassu e suas percepções a respeito dos nativos caeté no século XVI.	(Motivação inicial) Problematizando narrativas – Leitura coletiva de trechos do relato de Hans Staden a respeito dos caeté e suas impressões sobre os nativos. -De que maneira Staden retrata os grupos nativos em seu relato? Por que os retrata assim? -Quais são as condições para sua vinda à Vila de Igarassu? -Como se portam os indígenas frente às investidas europeias? -Quais características sobre a organização social dos Caeté o relato demonstra? -Quais eram os quantitativos dos dois grupos analisados e como cada um deles se saíram no episódio relatado? [Anexos 4 a 8]	Capítulos 3 e 4 do livro Duas Viagens ao Brasil de Hans Staden.	20 minutos

<p>Caracterizar as necessidades portuguesas que levaram a demarcação de suas posses territoriais a partir do sistema de feitorias no litoral igarassuense.</p>	<p>Os primeiros passos para o estabelecimento português na costa brasileira e a fixação da Feitoria de Cristóvão Jacques (Sítio dos Marcos) no território dos Caeté em 1516.</p>	<p>(Exposição dialogada) -Por que foi estabelecida uma feitoria na faixa litorânea de Igarassu? -Quais foram as motivações para a escolha de Igarassu como marco português? -Por que essa região posteriormente foi renomeada como Sítio dos Marcos/Reduto dos Marcos? -Quais são as conexões dessa região com a história da nossa cidade? [Anexos 9 e 10]</p>	<p>Apresentação em slides; Quadro branco.</p>	<p>15 minutos</p>
--	--	---	--	-------------------

<p>Refletir sobre os processos de cerceamento e extermínio pelos quais passaram os grupos nativos e seus efeitos na manutenção de outras gerações dos povos caeté em Igarassu.</p>	<p>A presença indígena em Igarassu e a sobrevivência dessas raízes na sociedade igarassuense contemporânea.</p>	<p>(Atividade de investigação histórica) Orientação de atividade para casa. “Indígenas em Igarassu: onde eles estão?” Os estudantes deverão investigar a presença de traços e raízes indígenas em Igarassu a partir de seus próprios locais de vivência. A atividade consiste na realização de entrevistas com pelo menos três pessoas (familiares ou vizinhos) em busca de informações sobre a presença indígena nos seus bairros. [Questões orientadoras] -Há algum indígena na sua família? -Há alguma linhagem indígena em sua árvore familiar? -Você já conheceu algum indígena ou descendente de indígena? -Há algum indígena nas proximidades?</p>	<p>Apresentação em slides; Quadro branco; Piloto.</p>	<p>15 minutos</p>
--	---	---	---	-------------------

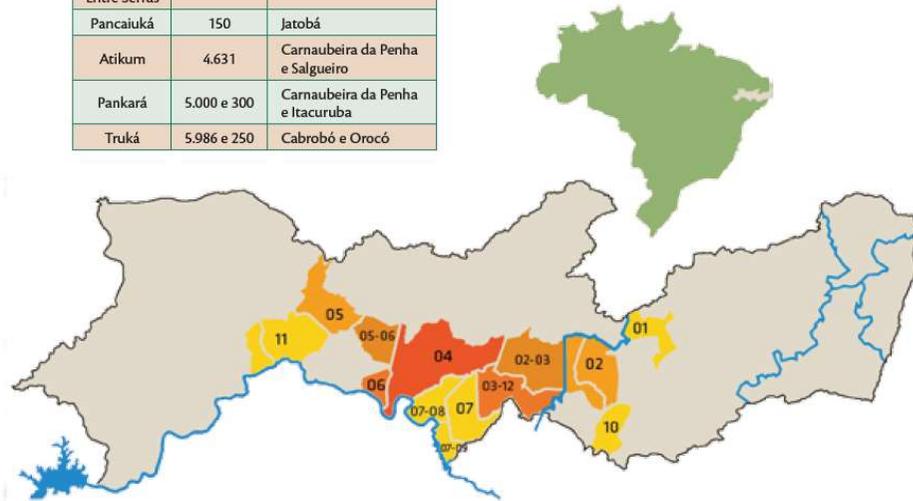
Anexos:

Anexo 1



Anexo 2

Povo	População	Localização
Kapinawá	3.283	Buíque, Tupanatinga e Ibimirim
Xukuru	12.000	Pesqueira
Fulni-ô	4.260	Águas Belas
Tuxá	261	Inajá
Kambiwá	2.911	Ibimirim e Inajá
Pipipá	1.195	Floresta
Pankararu	5.500	Petrolândia, Tacaratu e Jatobá
Pankararu Entre Serras	1.500	Petrolândia
Pancaiuká	150	Jatobá
Atikum	4.631	Carnaubeira da Penha e Salgueiro
Pankará	5.000 e 300	Carnaubeira da Penha e Itacuruba
Truká	5.986 e 250	Cabrobó e Orocó



1. Xukuru - 2. Kapinawá - 3. Kambiwá - 4. Pipipá - 5. Atikum - 6. Pankará
 7. Pankararu - 8. Entre Serras Pankararu - 9. Pancaiuká - 10. Fulni-ô - 11. Truká - 12. Tuxá

Anexo 3



Anexos 4 e 5

Anexos 6 e 7

Capítulo 3

*Como os selvagens de Pernambuco se rebelaram
e quiseram destruir um estabelecimento
dos portugueses*

Por culpa dos portugueses, eclodiu um tumulto dos selvagens numa região, a dos Caetés, que até então tinha sido tranqüila, e o capitão do país nos implorou pela graça de Deus que acorrêssemos em ajuda à localidade de Igaráu, a cinco milhas de Olinda e que os selvagens estavam prestes a tomar. Os habitantes de Olinda, frente à qual estávamos ancorados, não podiam socorrer a outra localidade, pois temiam eles mesmos sofrer um ataque dos selvagens.

Partimos, quarenta homens de nosso navio, em ajuda aos colonos da localidade de Igaráu, e adentramos num pequeno navio por um braço de mar que se estendia duas milhas para dentro da terra em cuja margem a localidade estava situada. O número dos defensores devia estar em torno de noventa cristãos aptos para a luta. A eles vinham somar-se trinta negros e escravos brasileiros, isto é, selvagens que pertenciam aos colonos. Os selvagens que nos sitiavam foram estimados em oito mil. Nossa única proteção na localidade sitiada consistia numa cerca de varapaus.

Capítulo 4

*Como se apresentava a fortificação dos
selvagens e como nos deram combate*

A localidade onde estávamos sitiados era cercada de mata. Nessa mata os selvagens construíram duas fortificações com espessas toras de madeira. Recolham-se para lá à noite e esperavam por eventuais investidas nossas. Durante o dia ficavam em buracos na terra que cavaram em torno do povoado e avançavam quando buscavam escaramuças. Ao atirarmos neles, jogavam-se ao chão de modo a escapar das balas. Mantinham-nos de tal forma sitiados, que do nosso lado ninguém podia entrar ou sair. Chegavam perto do povoado, atiravam numerosas flechas para o alto, que deviam nos atingir ao cair e às quais tinham amarrado algodão embebido de cera. Com essas flechas incendiárias queriam colocar fogo nos telhados das casas. Ameaçavam também nos comer caso nos pegassem.

Tínhamos pouca comida, e esse pouco foi logo consumido. Naquelas terras é comum buscar-se a cada dia ou a cada dois dias raízes frescas de mandioca e com elas fazer farinha ou bolo. Mas não podíamos ir até as plantações.

Ao constatarmos que ficaríamos sem mantimentos, saímos com dois barcos na direção do povoado de Itamaracá para abastecer-nos. Mas os selvagens colocaram grandes árvores sobre a água em nosso caminho e montaram guarda nas duas margens, na esperança de impedir nosso avanço. Conseguimos remover os obstáculos à força, mas veio a maré baixa e ficamos no seco. Nos barcos os selvagens não podiam nos atingir. Por isso trouxeram madeira seca de suas fortificações e jogaram-na entre a margem e os barcos. Queriam incendiá-la e jogar no fogo a pimenta que por lá crescia. A fumaça devia fazer com que tivéssemos de abandonar as embarcações. Não lograram realizar seu plano, pois no entretempo voltou a maré alta. Conseguimos, então, prosseguir até Itamaracá, e os moradores nos abasteceram de mantimentos. Na volta fecharam-nos o caminho no mesmo lugar. Como antes, jogaram árvores na água e permaneceram nas margens. Duas árvores estavam cortadas na parte inferior do tronco e suas copas estavam amarradas com plantas trepadeiras chamadas cipós. Elas crescem como lúpulo, mas são mais grossas. Os selvagens seguravam a outra extremidade dos cipós em suas fortificações e pretendiam esticá-los à nossa passagem, de modo que as árvores quebrassem e caíssem sobre nossas embarcações. Avançamos assim mesmo e passamos, pois a primeira árvore caiu sobre o entrançamento deles e a outra caiu na água logo depois de nosso naviozinho passar. Em vez de continuarmos ao encontro dos obstáculos que sobraram de nossa ida, pedimos aos camaradas que ficaram no povoamento sitiado para que viessem em nosso socorro. Mas, quando começamos a chamá-los, os selvagens passaram a gritar para que nossos camaradas não pudessem nos ouvir. Tampouco podiam nos ver, pois havia um bosque separando-nos. Mas estávamos tão próximos que poderiam ter-nos ouvido se os selvagens não tivessem berrado para encobrir nossos apelos. *Fig. 6*



Fig. 6 O sítio de Igarau.

Por fim, trouxemos os mantimentos até a colônia, e, ao ver que não conseguiram fazer nada, os selvagens fizeram as pazes e se retiraram. O sítio demorou quase um mês. Os selvagens tiveram algumas baixas, mas nós, cristãos, não sofremos nenhuma.

Para nós, havia ficado claro que os selvagens tinham desistido de seu intuito. Por isso nos retiramos para nosso navio maior, que tinha ficado em Olinda, onde carregamos água e farinha de mandioca para nosso próprio uso. O comandante da localidade de Olinda nos agradeceu.

Anexo 8



Anexo 9



Anexo 10



Bibliografia:

- BARRETO, Jorge; MELO, Fernando; VIEIRA, Edvan. **Igarassu: Informações Municipais**. 1ª Ed. Pernambuco: Charambarte Serviços Gráficos, 2013.
- DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L. Sampaio; CARVALHO, Maria Rosário G. de Carvalho. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. IN: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- Ministério Público de Pernambuco. **Comunidades Tradicionais - Comunidades Indígenas em Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.mppe.mp.br/mppe/institucional/nucleos-e-gts/qt-racismo/fique-por-dentro-qt-racismo/comunidades-tradicionais-qt-racismo>>, último acesso 06/10/2020.
- TV Viva. **Povos Indígenas de Pernambuco**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dbQBeJJDyrl>>, último acesso 06/10/2020;
- VAINFAS, R., FARIA, S. C., FERREIRA, J. & SANTOS, G. **História 2, Ensino Médio**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva.
- VISSCHER, Nicolaes. **Pharnambuci**. 1640.
- STADEN, H. **Duas Viagens ao Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 28-30.

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Disciplina: TCC
Prof.: Arnaldo Martin Szlachta Junior.
Licenciando: Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho

Plano de aula: 3

Licenciando: Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho

Turma: 2º Ano do Ensino Médio

Aula 3 – 1 tempo (50 minutos)

Tema: As incursões portuguesas, a resistência caeté e o processo de fundação da Vila de Igarassu.

Objetivo geral: Ao final da aula, espera-se que o aluno seja capaz de compreender os fatores sociais, políticos e econômicos que levaram os portugueses a se estabelecerem em Igarassu. Espera-se que o aluno também seja capaz de identificar os principais reflexos e consequências do processo colonizante para com os grupos nativos e seus descendentes em Igarassu.

Objetivos específicos	Conteúdos específicos	Estratégias/ Procedimentos didáticos	Recursos didáticos	Duração
------------------------------	------------------------------	---	---------------------------	----------------

<p>Refletir sobre a remanescência dos povos indígenas em Igarassu e observar as condições de vivência dessas pessoas na sociedade atual.</p>	<p>.A presença indígena em Igarassu e a sobrevivência dessas raízes na sociedade igarassuense.</p>	<p>(Motivação Inicial) Socialização de algumas atividades de investigação histórica. [Quais foram os resultados obtidos na investigação?] -É possível afirmar que existem descendentes dos povos caeté na nossa cidade? -Em que condições essas pessoas foram encontradas? Como elas vivem e se relacionam? -Elas fazem parte do seu grupo familiar ou de sua vizinhança? -Quais são as conexões dessas pessoas com os povos indígenas? -Caso não tenham sido encontradas, quais são as possíveis explicações para isso?</p>	<p>Atividades produzidas pelos alunos.</p>	<p>15 minutos</p>
<p>Compreender as confluências caetés e portuguesas na formação da identidade de Igarassu e de seu significado no presente da cidade.</p>	<p>Etimologia da palavra Igarassu e os sentidos carregados por ela para os nativos e para os colonizadores. Símbolos da cidade e suas interpretações.</p>	<p>(Exposição dialogada) -O que significa Igarassu para vocês? -Quais são os significados atribuídos à palavra “Igarassu” e quais são os seus sentidos? -Quem compôs essa expressão? Existem variações? Quais? -Quais são as conexões existentes entre a expressão e o monumento símbolo da cidade? -Por que esse símbolo tornou-se oficial? A quem representa? [Anexos 1 a 3]</p>	<p>Fichas com os anexos 1 e 2.</p>	<p>20 minutos</p>

<p>Analisar as medidas tomadas pelos responsáveis pela colonização local e o destino dos nativos nas próximas etapas do estabelecimento português.</p>	<p>O processo de supressão dos Caeté em Igarassu ao longo do século XVI. O projeto colonial encabeçado por Duarte Coelho e Afonso Gonçalves a partir de 1535.</p>	<p>(Análise de fontes históricas) Mapas que contemplam a presença de Igarassu no projeto administrativo português. -Qual é a importância do território igarassuense no projeto dos colonizadores? -Quais eram os principais pontos a serem explorados pelos portugueses aqui? -Quais foram os principais desafios? -E os caeté que antes habitavam do São Francisco ao litoral igarassuense, qual foi o destino desse povo? [Anexos 4 a 6]</p>	<p>Mapas digitalizados.</p>	<p>15 minutos</p>
--	---	--	-----------------------------	-------------------

Plano de aula: 4**Licenciando:** Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho**Turma:** 2º Ano do Ensino Médio**Aula 4** – 1 tempo (50 minutos)**Tema:** Povoamento português na capitania de Pernambuco - Igarassu como um dos primeiros núcleos de povoamento europeu do Brasil e a memória construída a respeito da cidade.**Objetivo geral:** Ao final da aula, espera-se que o aluno seja capaz de analisar os desdobramentos da fundação de Igarassu e as dinâmicas pretendidas por Duarte Coelho para o primeiro núcleo de povoamento da capitania no século XVI. Espera-se também que os estudantes sejam capazes de refletir sobre a construção da memória consolidada pela narrativa histórica dos colonizadores.

Objetivos específicos	Conteúdos específicos	Estratégias/ Procedimentos didáticos	Recursos didáticos	Duração
Identificar e compreender os significados que cercam a data da fundação de Igarassu enquanto marco histórico e comemorativo da cidade.	As festividades relacionadas à data de fundação de Igarassu (27/09/1535), aos santos Cosme e Damião e suas representações atuais. (Igreja dos Santos Cosme e Damião)	(Motivação inicial) Conversa com os alunos sobre as comemorações de 27 de Setembro em Igarassu e suas experiências nessa data. -A que e a quem se remetem a tradicional celebração de aniversário de Igarassu? Quais são seus principais símbolos? -Quais grupos são rememorados nessa celebração? Quais são esquecidos/silenciados? -O que representa a “fundação” de um núcleo de povoamento europeu para os povos originários? -Quais locais são atribuídos ao evento de fundação da vila? Que peso exercem sobre essa narrativa histórica? -Qual é a narrativa histórica alternativa à europeia?	Notícias de jornal.	20 minutos

<p>Caracterizar as características estruturais relacionadas à formação de Igarassu e identificar as principais atividades realizadas pelos portugueses nas primeiras décadas do estabelecimento colonial em Igarassu.</p>	<p>A organização estrutural da Vila de Igarassu. O estabelecimento das atividades administrativa, social e econômica de Igarassu ao longo do século XVI.</p>	<p>(Exposição dialogada e análise de relato histórico) Análise de um relato escrito por Duarte Coelho sobre a situação das atividades coloniais em 1542. -Quais são as principais atividades econômicas desenvolvidas na Vila de Igarassu nesse período? -Quem são os indivíduos designados para a execução dessas atividades? -Quem administra o funcionamento da Vila? -Como se dão as relações sociais dos habitantes da Vila? Quais são as condições dessas pessoas? [Anexos 7 a 10]</p>	<p>Trechos de carta enviada por Duarte Coelho à Portugal em 1542.</p>	<p>20 minutos</p>
---	--	--	---	-------------------

<p>Interpretar o fazer histórico enquanto algo próximo e presente nas trajetórias individuais de sujeitos pertencentes aos seus lugares de vivência.</p>	<p>Estímulo à valorização da memória popular coletiva enquanto instrumento histórico.</p>	<p>(Atividade de investigação histórica) Orientação de atividade para casa. “485 anos de Igarassu: quem compõe essa cidade?” Os estudantes deverão coletar e registrar memórias e relatos de até três familiares sobre o significado do aniversário da cidade, festividades relacionadas à data e experiências associadas a esse momento. [Questões orientadoras] -O que representa o aniversário da cidade pra você? Qual é o sentido histórico? -Você participa das celebrações promovidas na cidade? -Quais as melhores memórias relacionadas a esse evento? -Você se sente conectado(a) a história da cidade a partir desta data?</p>	<p>Quadro branco; Piloto.</p>	<p>10 minutos</p>
--	---	--	------------------------------------	-------------------

Anexos:

Anexo 1



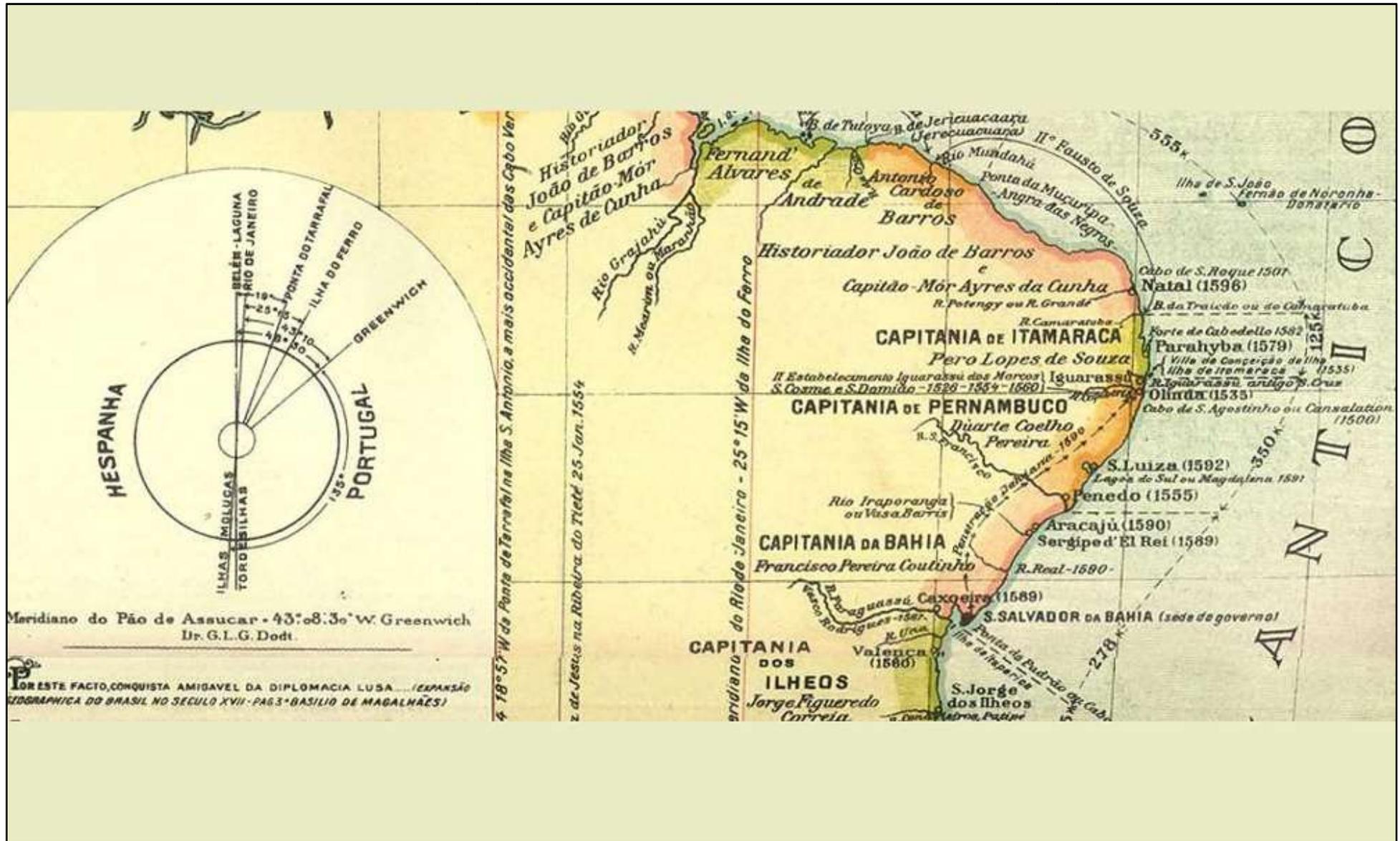
Anexo 2



Anexo 3

IGUARASSU' ou HIGUARAÇU', nome de varios rios do Brazil, o qual é quasi geralmente escripto com ss não obstante não haver esta letra no alfabeto indio. Diriva-se este nome de tres palavras indias: *hi* ou *ig*, agua; *guara*, ave aquatica; e *açu* grande. Nas provincias do norte compõe-se de *iguara*, especie de canôa de guerra ou de carga, e *açu*, grande; mas para evitar o concurso de *aa* escreve-se *Iguarassú*.

Anexo 6



Anexo 7

Senhor



elo capitão dos navios que daqui mandei o mês de setembro passado, dei conta a Vossa Alteza de minha viagem e chegada a esta Nova Lusitânia e do que aqui era passado.⁽¹⁾ Depois meti-me, Senhor, a dar ordem ao sossego e paz da terra, com dádivas a uns e apaziguando a outros porque tudo é necessário. E assim dei ordem a se fazerem engenhos de açúcares que de lá trouxe contratados, fazendo tudo quanto me requereram e dando tudo o que me pediram, sem olhar a proveito nem interesse algum meu, mas a obra ir avante, como desejo. Temos grande soma de canas plantadas, todo o povo, com todo trabalho que foi possível, e dando a todos a ajuda que a mim foi possível, e cedo acabaremos um engenho muito grande e perfeito, e ando ordenando a começar outros.⁽²⁾ Praza ao Senhor Deus que me ajude segundo Sua grande misericórdia e minha boa intenção.

Anexos 8, 9 e 10

Quanto, Senhor, às cousas do ouro, nunca deixo de inquirir e procurar sobre elas, e cada dia se esquentam mais as novas; mas, como sejam longe daqui pelo meu sertão a dentro, e se há-de passar por três nações de muito perversa e bestial gente e todas contrárias umas das outras, há-de realizar-se esta jornada com muito perigo e trabalho, para a qual me parece, e assim a toda minha gente, que se não pode fazer senão indo eu; e ir como se deve ir e empreender tal empresa, para sair com ela avante, e não para ir fazer aventuras, como os do rio da Prata, onde se perderam mais de mil homens castelhanos, ou como os do Maranhão, que perderam setecentos, e o pior é ficar a cousa prejudicada.⁽³⁾ E por isso, Senhor, espero a hora do Senhor Deus, na qual praza a Ele que me confie esta empresa, para Seu santo serviço e de Vossa Alteza, que este será o maior contentamento e ganho que eu disso queria ter.⁽⁴⁾

Isto, Senhor, tenho assentado e mandado aí buscar cousas necessárias para a jornada e alguns bons homens, porque é necessário deixar aqui tudo provido e a bom recado, por todas as vias, em especial por os franceses, os quais se sentirem não estar eu na terra, começarão a fazer das suas velhacarias, pois há quatorze dias aqui quiseram fazer o que costumavam, mas não puderam. Mando a Vossa Alteza a notícia disso para que a veja, se for necessário.⁽⁵⁾

Alteza a nobreza...
Em tudo, Senhor, eu tenho o cuidado que se deve ter nas cousas de seu serviço e Deus me ajude e me dê a Sua hora para tudo ir a bom fim. Pero de Góis e Luís de Góis, que ora por aqui passam, darão a Vossa Alteza as mais novas de mim e da terra e não me alargo mais nesta e deles pode Vossa Alteza saber das cousas daqui.⁽⁶⁾ E porque para as cousas de tanta importância há necessidade de muito grandes gastos e eu estou muito gastado e endividado, e não posso suportar tanta gente de soldo como até aqui suportei, há já três anos que pedi a Vossa Alteza me fizesse mercê de me dar licença e maneira de haver alguns escravos de Guiné por resgate, e o ano passado respondeu-se-me que até se acabar o contrato que era feito nada se podia fazer, dando-se-me a entender que, acabado, seria provido, pelo que já escrevi a Vossa Alteza sobre isso.⁽⁷⁾ Não sei se me fez esta mercê, porque os navios não são ainda chegados. Peço a Vossa Alteza que, se me não concedeu esta licença, olhe quanto isto é do seu serviço, e quão pouco dano e estorvo faz dar-me licença para obter alguns escravos para o servir melhor. A Dom Pedro de Moura e a Manuel de Albuquerque mande Vossa Alteza dar a provisão para isto.⁽⁸⁾

Bibliografia:

- BARLÉU, Gaspar (1584 – 1648). **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974;
- BARRETO, Jorge; MELO, Fernando; VIEIRA, Edvan. **Igarassu: Informações Municipais**. 1ª Ed. Pernambuco: Charambarte Serviços Gráficos, 2013;
- Chico Pinheiro lembra aniversário de Igarassu no Bom dia Brasil**. JC. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/imagem-e-som/noticia/2018/09/27/chico-pinheiro-lembra-aniversario-de-igarassu-no-bom-dia-brasil-356328.php>>, último acesso em 05/10/2020;
- HONORATO, Manoel da Costa. Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco. SEC/PE. 1976. p. 54;
- Paçoca Gigante será distribuída em aniversário de Igarassu**. Diário de Pernambuco. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/09/pacoca-gigante-sera-distribuida-em-aniversario-de-igarassu.html>>, último acesso em 05/10/2020;
- MELO, Taciana Santiago de. **Registros coloniais inscritos nos mapas da antiga Vila de Igarassu, Pernambuco**. Paraty: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011;
- TEIXEIRA, João. **Mapa do Litoral Norte de Pernambuco e Litoral Sul da Paraíba**. 1640;
- VAINFAS, R., FARIA, S. C., FERREIRA, J. & SANTOS, G. **História 2, Ensino Médio**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva.

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

Disciplina: TCC.

Prof.: Arnaldo Martin Szlachta Junior.

Licenciando: Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho.

Plano de aula: 5

Licenciando: Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho

Turma: 2º Ano do Ensino Médio

Aula 5 – 1 tempo (50 minutos)

Tema: A atividade açucareira na Vila de Igarassu: a relevância econômica da vila no período colonial e as reminiscências do passado na cidade do presente.

Objetivo geral: Ao final da aula, espera-se que os estudantes sejam capazes de visualizar a repercussão da memória consolidada pela narrativa histórica dos colonizadores através dos relatos locais. Espera-se também que o aluno seja capaz de visualizar e compreender as vias econômicas estabelecidas pelos portugueses na Vila de Igarassu e a longevidade dessas práticas na cidade do presente.

Objetivos específicos	Conteúdos específicos	Estratégias/Procedimentos didáticos	Recursos didáticos	Duração
Interpretar o fazer histórico enquanto algo próximo e presente nas trajetórias individuais de sujeitos pertencentes aos seus lugares de vivência.	Utilização da história oral e o entendimento enquanto sujeitos históricos participantes da trajetória da cidade.	(Motivação inicial) Socialização breve dos relatos colhidos pelos estudantes e recolhimento das demais atividades. [Quais foram os resultados obtidos na investigação?] -Os relatos continham percepções históricas sobre a cidade? -Como são classificadas as experiências relacionadas ao aniversário da cidade? -Você constatou conexões entre os entrevistados e a história da cidade? De que forma?	Atividades produzidas pelos alunos.	15 minutos

<p>Identificar os fatores para a implantação da atividade açucareira em Igarassu e a importância da vila no projeto colonial português.</p>	<p>O “Sistema de plantation” implantado em Igarassu e a importância da Vila no circuito da cana na Capitania de Pernambuco. O Engenho Monjope como peça fundamental na produção açucareira de Igarassu.</p>	<p>(Exposição dialogada com fontes históricas) Imagens e mapas que remontam à organização da atividade açucareira em Igarassu e ao Engenho Monjope. -Quais foram as condições que favoreceram a economia do açúcar aqui? -Qual é o peso da atividade açucareira para o desenvolvimento econômico de Igarassu? -Qual foi a mão-de-obra empregada nessa atividade? -Como é a estrutura de um engenho açucareiro? -Ainda existem engenhos na cidade? Quais são seus resquícios históricos? -É necessário conservar esses espaços? Por que?</p>	<p>Imagens; Mapas; Quadro branco; Piloto.</p>	<p>20 minutos</p>
---	---	--	---	-------------------

<p>Compreender as reminiscências da atividade econômica mais lucrativa de Igarassu no período colonial e suas modificações frente ao presente.</p>	<p>A permanência e reinvenção da atividade açucareira em Igarassu e a consolidação de um polo agroindustrial na cidade nos séculos XX e XXI.</p>	<p>(Análise de notícia de jornal) Refletindo sobre a continuidade e a remodelação das práticas da atividade açucareira na cidade de Igarassu hoje. -Como a economia do açúcar se reformulou ao longo da história da cidade? -Houveram modificações nos espaços de produção e nos vínculos de trabalho? -Qual é o impacto dessa atividade em Igarassu hoje? -Quais são os produtos desses novos espaços? Nós consumimos esses produtos locais?</p>	<p>Notícias de jornal.</p>	<p>15 minutos</p>
--	--	---	----------------------------	-------------------

Plano de aula: 6

Licenciando: Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho

Turma: 2º Ano do Ensino Médio

Aula 6 – 1 tempo (50 minutos)

Tema: O papel de Igarassu no governo local: considerações sobre a participação da vila do passado e da cidade do presente no interior da administração de Pernambuco.

Objetivo geral: Ao final da aula, espera-se que o aluno seja capaz de compreender as modificações no caráter estratégico e administrativo de Igarassu ao longo do período colonial brasileiro e o desenvolvimento da vila sob novos objetivos sociais, políticos e econômicos.

Objetivos específicos	Conteúdos específicos	Estratégias/Procedimentos didáticos	Recursos didáticos	Duração
Identificar as alterações presentes no desenho da cidade durante o período colonial e suas correlações com o desenvolvimento de Igarassu.	As modificações do traçado urbano de Igarassu ao longo dos séculos e o desenvolvimento da vila até seu caráter de município.	(Motivação Inicial) Igarassu ontem e hoje: transformações e permanências sob novos olhares. -Como se estruturou o núcleo inicial da Vila de Igarassu? Existia algum planejamento prévio? -Quais elementos fazem parte da organização urbana da vila nos seus primeiros anos de existência? -Quais são as principais modificações verificadas no desenho urbano da vila para a cidade atual? -O que se manteve preservado? O que se perdeu? [Anexo 7 a 11]	Mapas e esquemas do traçado urbano de Igarassu.	15 minutos

<p>Caracterizar as principais causas para a “perda” do protagonismo no projeto colonial português durante os séculos XVI à XVIII.</p>	<p>A prosperidade da Vila de Olinda e a secundarização do papel administrativo e estratégico de Igarassu no projeto colonial português.</p>	<p>(Exposição dialogada) -Como a Vila de Igarassu “perdeu” o papel central no governo colonial em Pernambuco. -Quais foram as principais motivações para isso? -Como e porque a Vila de Olinda assumiu o lugar administrativo de Igarassu? -De que maneira isso influenciou e influencia a participação político-administrativa da cidade em Pernambuco?</p>	<p>Quadro branco; Piloto.</p>	<p>20 minutos</p>
<p>Refletir sobre as alterações na lógica de desenvolvimento da cidade de Igarassu e aquilo que faz parte da identidade social, política e econômica dos igarassuenses do presente.</p>	<p>As novas perspectivas para o desenvolvimento da cidade e a relevância da cidade na organização da Região Metropolitana do Recife - RMR.</p>	<p>(Debate) “O que faz parte da sua história?”/“Quem faz parte da sua história?” Debate com os alunos usando como base as discussões anteriores e refletindo sobre as características socio-cultural, político e econômica da cidade de Igarassu, legados do passado e desejos para o futuro. -Qual é a importância da história da cidade para você hoje? -Essa história faz sentido para você? -Como você imagina a Igarassu do futuro? Você se vê nessa cidade? -Qual é a necessidade de se conhecer a história da cidade na construção do futuro?</p>		<p>15 minutos</p>

Anexos:

Anexo 1



Anexo 2

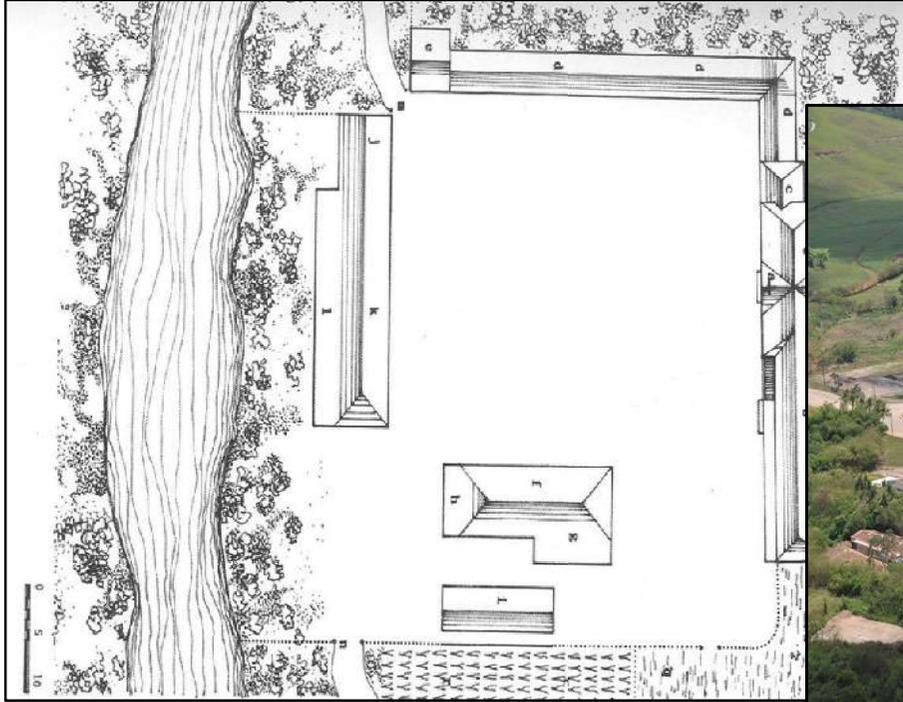


Anexo 3

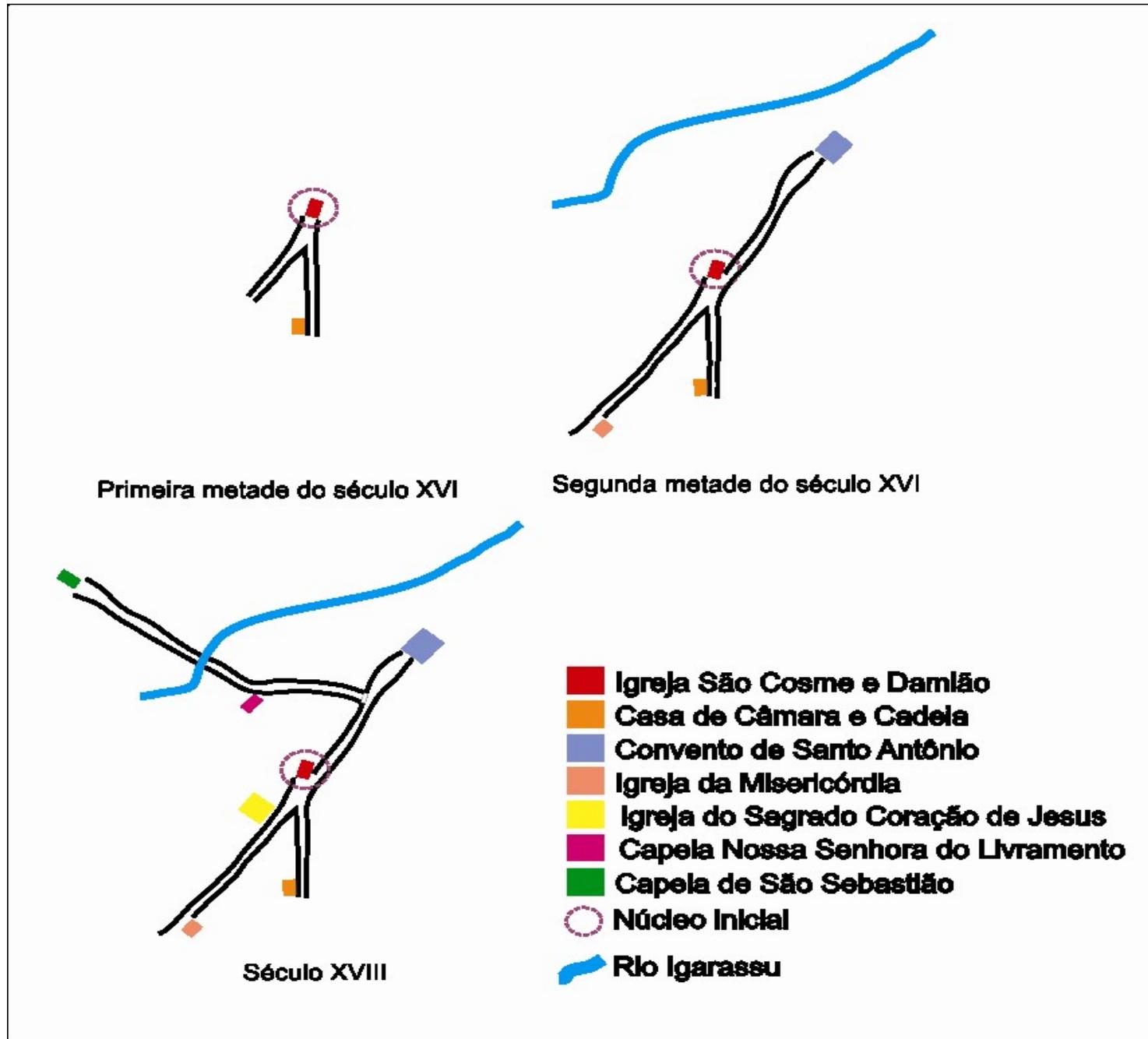


Anexo 4

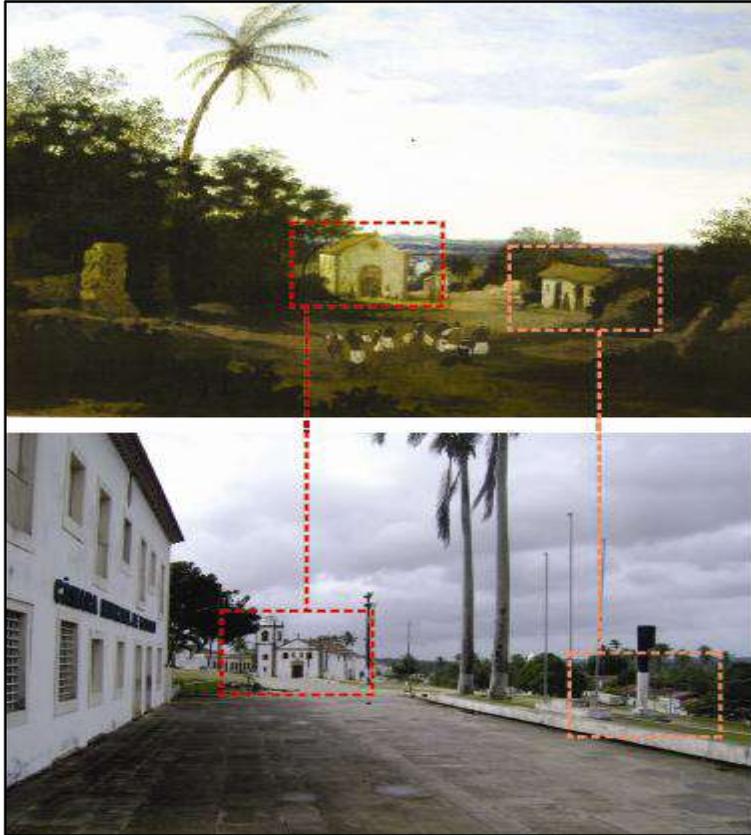
Anexo 5



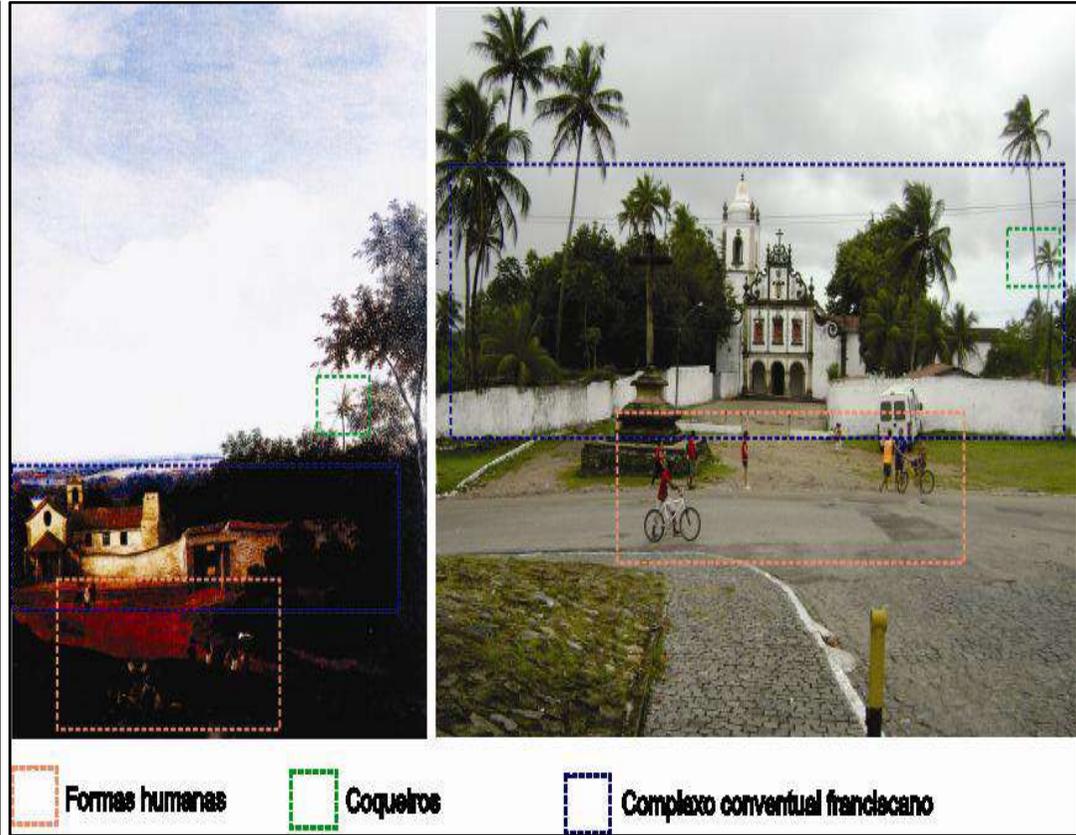
Anexo 6



Anexo 8



Anexo 9



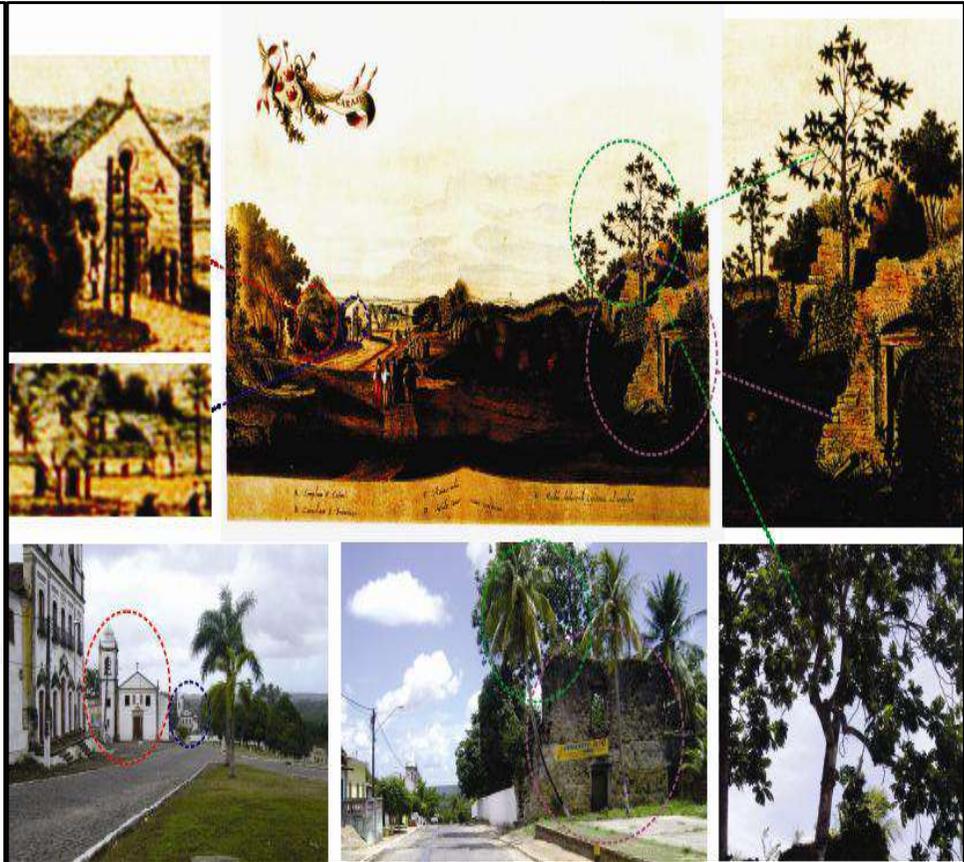
Formas humanas Coqueiros Complexo conventual franciscano

Anexo 10



-  Igreja São Cosme e damião
-  Convento franciscano
-  Residências

Anexo 11



Bibliografia:

- BARRETO, Jorge; MELO, Fernando; VIEIRA, Edvan. **Igarassu: Informações Municipais**. 1ª Ed. Pernambuco: Charambarte Serviços Gráficos, 2013.
- DANTAS, Rochelli. **Há três anos, o canavial virou indústria**. Diário de Pernambuco. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2018/04/ha-tres-anos-o-canavial-virou-industria.html>>, último acesso em 11/08/2020.
- FALCÃO, Rosa. **A indústria do açúcar e os seus desafios: a reinvenção da cana**. Diário de Pernambuco. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2015/03/a-industria-do-acucar-e-os-seus-desafios.html>>, último acesso em 11/08/2020.
- MELO, Taciana Santiago de. **Registros coloniais inscritos nos mapas da antiga Vila de Igarassu, Pernambuco**. Paraty: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011.
- PEREIRA, Júlia Rocha. **A rede da indústria do açúcar: a construção do território de Igarassu-PE**. Pernambuco: IPHAN.
- POST, Frans. **Igreja dos Santos Cosme e Damião**. 1660;
- POST, Frans. **Mapa da Capitania de Pernambuco, com representação do Quilombo dos Palmares**. 1647;
- VAINFAS, R., FARIA, S. C., FERREIRA, J. & SANTOS, G. **História 2, Ensino Médio**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva.

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Disciplina: TCC.
Prof.: Arnaldo Martin Szlachta Junior.
Licenciando: Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho.

Plano de aula: 7

Licenciando: Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho

Turma: 2º Ano do Ensino Médio

Aula 7 – 1 tempo (50 minutos)

Tema: “Patrimônio Cultural”, “Lugares de memória” e “Identidade Cultural”: o que são esses conceitos? (Aula pré atividade de campo)

Objetivo geral: Ao final da aula, espera-se que o aluno seja capaz de compreender noções introdutórias sobre as discussões em volta dos conceitos de “patrimônio histórico”, “lugar de memória” e “identidade cultural”.

Objetivos específicos	Conteúdos específicos	Estratégias/ Procedimentos didáticos	Recursos didáticos	Duração
------------------------------	------------------------------	---	---------------------------	----------------

<p>Analisar as concepções relacionadas aos debates patrimoniais e de preservação de dos vestígios históricos da cidade de Igarassu.</p>	<p>Discussão sobre os conceitos de “patrimônio cultural”, “lugar de memória” e o processo de construção de “identidade cultural”.</p>	<p>(Motivação inicial) “O que seria um patrimônio pra vocês?” “Quais são os seus lugares de memória?”. -O que significa o título de patrimônio cultural? -De que maneira esses patrimônios são escolhidos? -A quem serve e a quem representam esses lugares? -Você conhece os patrimônios de Igarassu? Quais? -Você se sente conectado aos patrimônios culturais da cidade? Por que? -Você se identifica com os espaços históricos da cidade? Por que? -Esses espaços se associam a sua realidade? Por que? -De que maneira você designaria um novo patrimônio na cidade?</p>		<p>20 minutos</p>
<p>Averiguar os patrimônios históricos de Igarassu a partir de uma visualização minuciosa e mais atenta aos detalhes que remontam aos períodos históricos a quem são pertencentes.</p>	<p>Investigação de vestígios históricos associados ao período colonial de Igarassu a partir dos patrimônios já trabalhados em sala.</p>	<p>Divisão da turma em 4 grandes grupos e explicação de atividade de investigação a ser realizada durante a atividade de campo.</p>	<p>Quadro branco; Piloto.</p>	<p>15 minutos</p>
<p>Investigar e explorar os diferentes espaços de Igarassu a partir dos referenciais históricos trabalhados na sequência didática.</p>	<p>Exploração de novas perspectivas e detalhes associados à Vila de Igarassu e ao período colonial na esfera local.</p>	<p>Orientação para atividade de campo e explicação do roteiro a ser seguido.</p>	<p>Fichas do roteiro da atividade de campo.</p>	<p>15 minutos</p>

Anexos:

Anexo 1

PONTOS PARA OBSERVAÇÃO - ATIVIDADE DE CAMPO

- Quais construções chamam mais a atenção e por quê?
- Quais são as construções mais antigas? Têm características comuns (estilo, materiais, tamanho etc.)?
- Identificar edifícios modernos com decoração imitando estilos mais antigos, janelas, portas, telhados, grades, postes e luminárias, letreiros etc.
- Procurar mudanças feitas nos edifícios que não combinem com eles, como janelas e portas substituídas, acréscimos de pavimentos ou telhados novos. Estas observações podem levar à discussão dos motivos que levaram as pessoas a fazerem estas modificações?
- Observar detalhes nas construções que ofereçam indicações sobre os seus moradores. São ricos ou pobres? Jovens ou velhos?
- Que tipo de interesses têm? O que o nome dos escritórios ou lojas pode revelar? E as denominações das ruas?
- Observar os materiais de construção: são locais ou vêm de fora? Naturais ou artificiais? Os materiais usados nas casas mais antigas são os mesmos das construções mais recentes?
- Exercitar a percepção sensorial através da identificação de sons, cheiros, texturas, sensações em relação aos edifícios, às ruas e aos espaços públicos (praças, largos etc.).
- A caminhada pode contemplar também a produção, por parte dos alunos, de uma série de fotografias para serem posteriormente catalogadas, analisadas.

Anexo 2

RELATÓRIO GERAL DE OBSERVAÇÕES E IMPRESSÕES SOBRE A ATIVIDADE DE CAMPO

- Todos os alunos participantes da atividade de campo deverão compor um relatório individual de observações e impressões pessoais sobre a atividade de campo realizada;
- O relatório deve ser feito em forma de texto corrido com um mínimo de 15 linhas;
- O relatório deverá levar em consideração duas questões gerais: associação dos espaços visitados com os conteúdos trabalhados em sala de aula e a importância daqueles espaços para a compreensão da história da cidade;
- Os alunos também devem inserir no relatório um lugar de memória que esteja associado às suas trajetórias individuais.
- Os relatos deverão ser entregues no encontro posterior à atividade de campo e todos podem ter a oportunidade de socializar se houver interesse.

Anexo 3

ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO E EXPLORAÇÃO DURANTE A ATIVIDADE DE CAMPO

- A turma será dividida em quatro grandes grupos;
- Cada grupo será responsável por um dos quatro espaços principais contemplados na atividade de campo;
- Os alunos componentes de cada grupo deverão, além de realizar um relatório geral sobre a visita dos espaços, compor uma análise mais minuciosa dos seus espaços designados.
- A investigação dos espaços deve ser realizada por todos os integrantes do grupo;
- A investigação deverá levar em consideração três questões gerais: características físicas e espaciais sobre e onde o patrimônio está inserido, sugestões para a preservação e ideias para utilização do patrimônio pelos cidadãos da cidade.
- O relato deve ser feito em forma de texto corrido com um mínimo de 20 linhas;
- Os integrantes de cada grupo podem realizar fotos e vídeos dos patrimônios designados quando estiver próximo do deslocamento para outro espaço.
- Os relatos deverão ser socializados por pelo menos um dos integrantes do grupo na volta da atividade de campo.

Anexo 4

ROTEIRO DOS ESPAÇOS VISITADOS NA ATIVIDADE DE CAMPO

Espaços principais

Sítio dos Marcos

Igreja Matriz dos Santos Cosme e Damião

Engenho Monjope

Bibliografia:

- BARRETO, Jorge; MELO, Fernando; VIEIRA, Edvan. **Igarassu: Informações Municipais**. 1ª Ed. Pernambuco: Charambarte Serviços Gráficos, 2013.
- BRITES, Olga; PEREIRA, Mirna Busse. **Oficina de História - ensino, memória e patrimônio histórico**. Projeto História nº40, 2010.
- CAIMI, Flávia Heloísa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? IN: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.
- GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreira; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial**. Deprom, IPHAN, Ministério da Cultura.
- ORIÁ, Ricardo; PEREIRA, Júnia Sales. **Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio**. Resgate. Vol. XX, Nº 23. Jan./Jun. 2012. p. 161-171.
- VAINFAS, R., FARIA, S. C., FERREIRA, J. & SANTOS, G. **História 2, Ensino Médio**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva.

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Disciplina: TCC.
Prof.: Arnaldo Martin Szlachta Junior.
Licenciando: Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho.

Plano de aula: 8 e 9

Licenciando: Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho

Turma: 2º Ano do Ensino Médio.

Aula 8 e 9 – 2 tempo (100 minutos)

Tema: Atividade de campo pelo Sítio Histórico de Igarassu e visita aos patrimônios históricos da cidade.

Objetivo geral: Ao final da aula, espera-se que o aluno seja capaz de analisar e compreender a importância dos lugares de memória para a preservação e manutenção da identidade histórica atrelada a um dos núcleos de povoamento mais antigos da História do Brasil. Assim como explorar os patrimônios culturais materiais, compreendendo valores atribuídos e atrelando valores àquilo que pode vir a ser um lugar de memória enquanto um sujeito histórico ativo em sua localidade.

PONTOS PARA OBSERVAÇÃO - ATIVIDADE DE CAMPO

- Você já havia visitado esse espaço anteriormente?
- O que esses espaços representam para você?
- Qual é a primeira coisa que vem a mente de vocês ao chegarem nesses espaços? Por que?
- Você se identifica com esse espaço? Por que?
- Quais construções chamam mais a atenção e por quê?
- Quais são as construções mais antigas? Têm características comuns (estilo, materiais, tamanho etc.)?
- Identificar edifícios modernos com decoração reproduzindo estilos mais antigos, janelas, portas, telhados, grades, postes e luminárias, letreiros etc.
- Procurar mudanças feitas nos edifícios que não combinem com eles, como janelas e portas substituídas, acréscimos de pavimentos ou telhados novos. Estas observações podem levar à discussão dos motivos que levaram as pessoas a fazerem estas modificações?
- Observar detalhes nas construções que ofereçam indicações sobre os seus moradores. São ricos ou pobres? Jovens ou velhos?
- Que tipo de interesses têm? O que o nome dos escritórios ou lojas pode revelar? E as denominações das ruas?
- Observar os materiais de construção: são locais ou vêm de fora? Naturais ou artificiais? Os materiais usados nas casas mais antigas são os mesmos das construções mais recentes?
- Exercitar a percepção sensorial através da identificação de sons, cheiros, texturas, sensações em relação aos edifícios, às ruas e aos espaços públicos (praças, largos etc.).
- A caminhada pode contemplar também a produção, por parte dos alunos, de uma série de fotografias para serem posteriormente catalogadas, analisadas.

ORIENTAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO RELATÓRIO GERAL DE OBSERVAÇÕES E IMPRESSÕES SOBRE A ATIVIDADE DE CAMPO

- Todos os alunos participantes da atividade de campo deverão compor um relatório individual de observações e impressões pessoais sobre a atividade de campo realizada;
- O relatório deve ser feito em forma de texto corrido com um mínimo de 15 linhas;
- O relatório deverá levar em consideração duas questões gerais: associação dos espaços visitados com os conteúdos trabalhados em sala de aula e a importância daqueles espaços para a compreensão da história da cidade;
- Os alunos também devem inserir no relatório um lugar de memória que esteja associado às suas trajetórias individuais.
- Os relatos deverão ser entregues no encontro posterior à atividade de campo e todos podem ter a oportunidade de socializar se houver interesse.

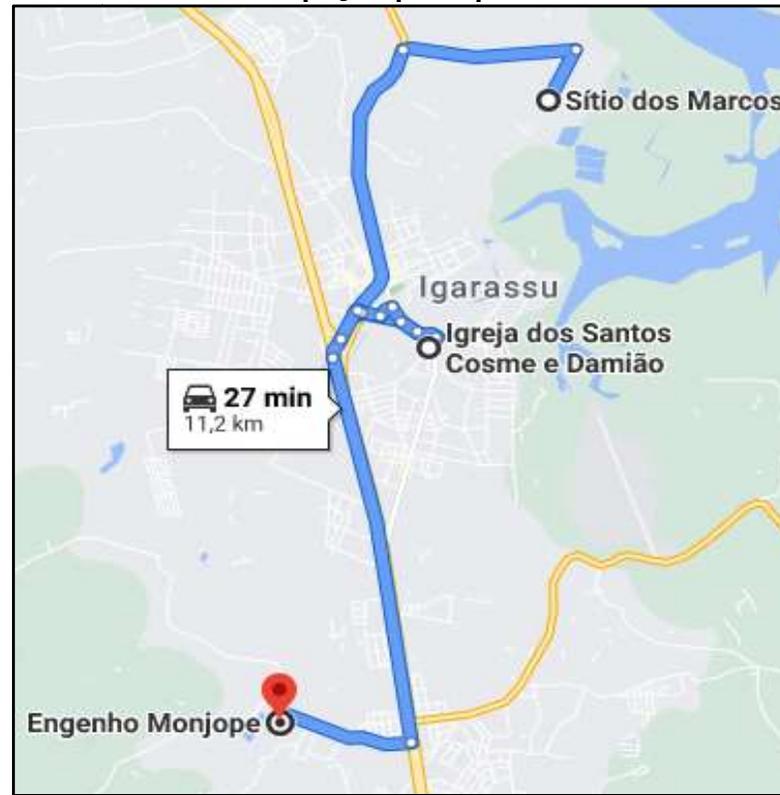
ORIENTAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO E EXPLORAÇÃO DURANTE A ATIVIDADE DE CAMPO

- A turma será dividida em três grandes grupos;

- Cada grupo será responsável por um dos três espaços principais contemplados na atividade de campo;
- Os alunos componentes de cada grupo deverão, além de realizar um relatório geral sobre a visita dos espaços, compor uma análise mais minuciosa dos seus espaços designados.
- A investigação dos espaços deve ser realizada por todos os integrantes do grupo;
- A investigação deverá levar em consideração três questões gerais: características físicas e espaciais sobre e onde o patrimônio está inserido, sugestões para a preservação e ideias para utilização do patrimônio pelos cidadãos da cidade.
- O relato deve ser feito em forma de texto corrido com um mínimo de 20 linhas;
- Os integrantes de cada grupo podem realizar fotos e vídeos dos patrimônios designados quando estiver próximo do deslocamento para outro espaço.
- Os relatos deverão ser socializados por pelo menos um dos integrantes do grupo na volta da atividade de campo.

ROTEIRO DOS ESPAÇOS VISITADOS NA ATIVIDADE DE CAMPO

Espaços principais



(11,2 km de percurso)

1 - Sítio dos Marcos



2 - Igreja Matriz dos Santos Cosme e Damião



3 - Engenho Monjope



Bibliografia:

- BARRETO, Jorge; MELO, Fernando; VIEIRA, Edvan. **Igarassu: Informações Municipais**. 1ª Ed. Pernambuco: Charambarte Serviços Gráficos, 2013.
- BRITES, Olga; PEREIRA, Mirna Busse. **Oficina de História - ensino, memória e patrimônio histórico**. Projeto História nº40, 2010.
- CAIMI, Flávia Heloísa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? IN: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.
- GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreira; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial**. Deprom, IPHAN, Ministério da Cultura.
- ORIÁ, Ricardo; PEREIRA, Júnia Sales. **Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio**. Resgate. Vol. XX, Nº 23. Jan./Jun. 2012. p. 161-171.
- VAINFAS, R., FARIA, S. C., FERREIRA, J. & SANTOS, G. **História 2, Ensino Médio**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva.

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Disciplina: TCC.
Prof.: Arnaldo Martin Szlachta Junior.
Licenciando: Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho.

Plano de aula: 10

Licenciando: Luiz Felipe Miguel da Silva Carvalho

Turma: 2º Ano do Ensino Médio.

Aula 10 – 1 tempo (50 minutos)

Tema: Conversa após visita de campo e finalização da sequência didática.

Objetivo geral: Ao final da aula, espera-se que o aluno seja capaz de compreender as dinâmicas associadas ao fazer histórico e a necessidade de preservação das memórias e manifestações socio-culturais que foram legadas à outras gerações através dos patrimônios culturais materiais e imateriais e seus significados.

Objetivos específicos	Conteúdos específicos	Estratégias/ Procedimentos didáticos	Recursos didáticos	Duração
------------------------------	------------------------------	---	---------------------------	----------------

<p>Compreender o sentido e as conexões presentes entre o período colonial de Igarassu e os espaços considerados patrimônios culturais históricos presentes na cidade.</p>	<p>Associação entre a temática do período colonial de Igarassu e as impressões obtidas após visitação de alguns patrimônios históricos.</p>	<p>Recebimento dos relatórios de observa�o individuais e coletivos; (Debate) Visando a socializa�o de impressões e comentários dos alunos, um debate será realizado seguindo algumas questões norteadoras: -A que compreensão do passado colonial e da cidade os patrimônios visitados remetem? -Os patrimônios podem ser compreendidos como componentes de um passado colonial? -Os patrimônios se mostram próximos ou distantes das realidades dos espaços de vivência individuais? Por qu�? -Cite um espaço que, em sua opinião, deveria ser patrimonializado.</p>	<p>Relatórios produzidos pelos alunos.</p>	<p>30 minutos</p>
<p>Refletir sobre a importância das discussões relacionadas ao recorte local em seu processo de forma�o individual.</p>	<p>A história local enquanto atrativo para a aprendizagem histórica e forma�o de uma identidade social atrelada ao local de vivência.</p>	<p>Fala sobre a importância dos alunos enquanto sujeitos históricos mantenedores da história local e finaliza�o da sequência didática.</p>		<p>20 minutos</p>

Bibliografia:

- BARRETO, Jorge; MELO, Fernando; VIEIRA, Edvan. **Igarassu: Informa es Municipais**. 1^a Ed. Pernambuco: Charambarte Serviços Gráficos, 2013.
- BRITES, Olga; PEREIRA, Mirna Busse. **Oficina de História - ensino, memória e patrimônio histórico**. Projeto História n 40, 2010.
- GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreira; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da educa o patrimonial**. Deprom, IPHAN, Ministério da Cultura.
- ORIÁ, Ricardo; PEREIRA, Júnia Sales. **Desafios teórico-metodológicos da rela o Educa o e Patrimônio**. Resgate. Vol. XX, N  23. Jan./Jun. 2012. p. 161-171.

-VAINFAS, R., FARIA, S. C., FERREIRA, J. & SANTOS, G. **História 2, Ensino Médio.** 1ª Ed. São Paulo: Saraiva.